



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0011/15	DATA: 26/02/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h55min	TÉRMINO: 14h54min	PÁGINAS: 67
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Instalação da Comissão. Eleição do Presidente e designação do Relator da Comissão.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há expressão ininteligível. Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Informo aos Srs. Parlamentares que já está aberto o registro de presença.

(Pausa.)

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação da *“Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS”* e eleição do seu Presidente, *“entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África” (sic), a CPI da PETROBRAS.*

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.

Para conhecimento de V.Exas., passo a ler o Ato da Presidência que constituiu esta Comissão Parlamentar de Inquérito:

“Ato da Presidência

Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição da CPI nº 3, de 2015, do Sr. Carlos Sampaio e outros, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS.

A Comissão será composta de 26 membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33, combinado com o § 5º do art. 35, todos do Regimento Interno.



Brasília, 05 de fevereiro de 2015” (sic).

A Mesa recebe a indicação do Deputado Hugo Motta para concorrer ao cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Calma, eu vou dar a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que precede, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O que precede?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A minha questão de ordem precede a indicação de qualquer nome da Comissão. Eu queria ler a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Sim. Eu vou dar a palavra a V.Exa..

Eu não estou elegendo ninguém, só estou comunicando o ofício que eu recebi.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria ler, neste momento, junto aos membros desta CPI e a V.Exa., que preside os trabalhos, a seguinte questão de ordem:

“Com fundamento nos arts. 95 e 180, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 37, caput, da Constituição Federal, formula-se a seguinte Questão de Ordem, referente à indicação realizada pelas lideranças partidárias de Deputados que receberam financiamento eleitoral das empreiteiras implicadas na Operação Lava-Jato para comporem a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela



PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África — CPIPEPETRO.

Instala-se na data de hoje, 26 de fevereiro de 2015, a CPI destinada a investigar essas irregularidades e ilicitudes cometidas no âmbito da PETROBRAS, dentre elas, o superfaturamento em contrato de obras e compras realizadas pela empresa.

É de conhecimento público a investigação perpetrada pela Polícia Federal a partir da Operação Lava-Jato, que apontou a existência de superfaturamento e corrupção ativa e passiva em diversos contratos firmados entre a PETROBRAS e empresas do ramo da construção civil. Tal operação levou inclusive ao indiciamento, denúncia e até mesmo à prisão de alguns diretores de empresas envolvidas na corrupção.

Dentre as empresas citadas na investigação, encontram-se as seguintes empreiteiras: OAS, Camargo Corrêa, Sanko, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, UTC, Toyo Setal e outras”.

Como se infere da leitura do requerimento de criação, faz parte do escopo desta Comissão de Inquérito investigar a relação da PETROBRAS com tais pessoas jurídicas.

Espera-se, dessa forma, que todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito tenham a isenção necessária para investigar a fundo todas as pessoas físicas e jurídicas citadas na Operação Lava-Jato, não possuindo qualquer tipo de relação com elas. No entanto, conforme amplamente divulgado na imprensa e comprovado através de consulta nas prestações de contas publicadas no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, membros da Comissão receberam



financiamento eleitoral das empresas por elas investigadas. De tal fato, além de levantar suspeitas sobre a isenção do trabalho a ser desempenhado pela presente CPI, fere o disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados — § 6º do art. 180, do Regimento Interno da Câmara —, que dispõe que a votação completa o turno regimental da discussão:

“§ 6º. Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido e fazer comunicação nesse sentido à Mesa, sendo seu voto considerado em branco, para efeito de quórum” (sic).

Não há como negar que o fato de ter recebido financiamento de determinada pessoa jurídica para sua campanha eleitoral e consequente conquista do mandato eletivo é causa de impedimento para que o Parlamentar delibere qualquer matéria que trate diretamente sobre qualquer empresa citada. Da mesma forma, a presença de Parlamentares que receberam financiamento de campanha de empresas que serão investigadas pela presente CPI fere o disposto no art. 37 da Constituição Federal, que determina que:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte”(sic).

É importante ressaltar que a atuação do agente público, além de atender à legalidade, deve ser submetida ao princípio da moralidade. No caso em tela, embora a doação eleitoral por empresas implicadas na investigação na Polícia Federal e que serão alvo do trabalho desenvolvido por esta Comissão se revista de legalidade, a atuação de Parlamentares que receberam tais recursos fere frontalmente o princípio da moralidade que deve reger os atos da administração pública.

Ademais, a própria denúncia elaborada pelo Ministério Público Federal aponta que parte das doações realizadas pelas empreiteiras pode representar pagamento de propina para agentes públicos para a obtenção de vantagem indevida, “sendo as



doações formais de campanha mera estratégia de lavagem de capitais". Palavras do Ministério Público Federal.

Em editorial publicado na data de hoje, o jornal *Folha de S.Paulo* questiona a escolha realizada pelos partidos da seguinte maneira:

"Entre os financiadores e os eleitores, entre o dinheiro e o voto, de qual lado cada congressista ficará? A pergunta, válida em diversas circunstâncias, torna-se ociosa nesse caso. Sua mera pertinência, pouco importando a resposta, arruína a reputação da CPI" (sic).

Portanto, solicito a V.Exa., observadas as regras regimentais e em consonância com os princípios constitucionais, sejam destituídos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito os Parlamentares que tenham recebido, direta ou indiretamente, financiamento de campanha oriundo das empresas citadas no âmbito da Operação Lava-Jato, ou que tenham sido alvo de denúncia realizada pelo Ministério Público Federal.

Sala de Comissões, 26 de fevereiro de 2015.

Assinam o Deputado Ivan Valente e o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E acrescento, Sr. Presidente, além da questão de ordem que eu vou protocolar pessoalmente junto a V.Exa., que estou registrando a minha candidatura à Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, estamos aqui instalando uma CPI, que é, sem sombra de dúvida, a grande expectativa e o grande desejo da Nação neste momento. O que mais se aguardou desde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado, permite-me um aparte?

Eu queria solicitar à segurança que desocupasse mais uma fileira. Tem vários Parlamentares de pé. E gostaria que a segurança tomasse providência.

Deputado Arthur Oliveira Maia



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - O que mais se aguarda no Brasil deste Congresso, desde a sua instalação, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, é o início dos trabalhos desta CPI.

O Solidariedade, nosso partido, foi um dos que, desde o primeiro momento, apoiou a CPI. E a sua bancada, na sua integralidade, assinou o requerimento para a instalação desta CPI.

O Deputado Ivan Valente inicia os trabalhos deste colegiado trazendo uma tese, esposando um conceito. E esse conceito, que vai ser deliberado agora, trará, como consequência, uma noção lógica acerca do que representa a doação de campanha. Segundo a tese aqui trazida pelo nobre Deputado Ivan Valente, o Deputado que teria recebido uma doação de alguma empresa eventualmente envolvida no que vai ser investigado aqui — e não sabemos a extensão dessa investigação — estaria, portanto, comprometido em defender essa empresa.

Ora, Sr. Presidente, isso me lembra uma frase do Públio Siro, um antigo escritor de Roma, que dizia: *“Uma acusação provoca muito mal, mesmo quando é feita sob a forma de uma alusão”*. Porque, se nós aceitarmos a tese aqui trazida pelo Deputado Ivan Valente, estaremos de maneira definitiva dizendo que todos, todos os Parlamentares que aceitam uma doação de qualquer empresa que seja — e é bom lembrar que isso está autorizado pela legislação brasileira —, passam a funcionar aqui, desde o primeiro momento do seu mandato, como advogados dessa empresa.

Eu quero dizer que eu não estou na CPI; portanto, não tenho interesse pessoal de fazer essa defesa, mas compreendo que não estou aqui para ser advogado daqueles que eventualmente contribuíram financeiramente, de forma legal, para a minha eleição. E penso também que nenhum dos meus pares representa aqui esse papel.

Portanto, eu penso que, ao aceitar esse tipo de dúvida sobre os Parlamentares, estaremos eivando de dúvida este colegiado; estaremos trazendo a suspeição sobre o conjunto deste colegiado. E não é isso o que desejamos. Sei que os que estão aqui estão porque têm a coragem de enfrentar um problema difícil, uma discussão espinhosa, que vai ter ampla cobertura da mídia e que, portanto, haverá uma exposição de cada um, nas suas posições, ao longo dos debates.



De sorte que a nossa questão de ordem é para dizer que não aceitamos o ponto de vista levantado aqui pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. faz uma contradição e não uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É uma contradição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Depois, por favor, pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, da mesma forma, em nome da Liderança do PSC, para contraditar aquilo que foi colocado aqui pelo Deputado Ivan Valente. Também quero fazer minhas as palavras do Deputado Arthur na questão da doação, do financiamento, a Parlamentares.

A questão que todos nós temos aqui é que a sociedade brasileira nos cobra uma posição firme e coerente desta Comissão Especial, para que nós possamos, verdadeiramente, passar o Brasil a limpo. E todos nós aqui temos responsabilidade com os nossos mandatos e com as indicações que os nossos partidos fizeram para que pudéssemos estar aqui representando as nossas agremiações partidárias e aqueles que nos trouxeram aqui à Câmara.

E o fato, Sr. Presidente, de doação, de financiamento, de que Parlamentares os tenham recebido, são doações que são oficiais, que estão nas nossas prestações de campanha. O fato da doação de uma construtora, de uma empreiteira, que possa estar nas investigações da Operação Lava-Jato, não significa dizer que o Parlamentar está aqui para cumprir missão. O fato de se estar, por exemplo, no livro-caixa daqueles envolvidos ou no computador daqueles envolvidos, também, da mesma forma, não significa dizer que o Parlamentar tem qualquer tipo de envolvimento. O que nós não podemos aqui é prejudicar nenhum Parlamentar, muito menos que os que aqui estão iniciando esse trabalho já o iniciem sob a pecha de que há envolvimento, com quem quer que seja, daqueles que estão na Operação Lava-Jato e no escândalo da PETROBRAS.

Então, nós temos que ter responsabilidade. E todos nós aqui temos. Agora, não podemos começar. E é inadmissível que este Parlamento e que esta Comissão



iniciem um trabalho já sob suspeita, mesmo porque aqueles que receberam doação a receberam de forma oficial. Está na sua prestação de contas e nenhuma doação foi feita às escuras.

Então, nós estamos aqui para contraditar, para dizer que o nosso partido, o PSC, não concorda com a colocação do Deputado Ivan Valente. Respeitamos o Deputado Ivan Valente. Respeitamos, mas não concordamos. E tenho certeza de que nós temos que começar esse trabalho para poder passar o Brasil a limpo, mas começar da forma mais legítima, representando cada um aqui as suas agremiações partidárias. E não significa dizer que a doação de financiamento não é nenhuma imoralidade, porque nós estamos aqui e temos a responsabilidade de representar aqueles que nos trouxeram a este Parlamento.

Então, contraditamos e não concordamos com a colocação do Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Líder, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a questão de ordem do Deputado Ivan Valente, ouvi as contraditas e acho que não há aqui nenhuma posição do Deputado Ivan Valente de levantar suspeição contra quem quer que seja. O que ele quer é o atendimento à lei. Se o Parlamento brasileiro não respeita a lei, quem vai respeitar? Quem há de respeitar a lei se o Parlamento brasileiro não respeita a lei? A questão de ordem levantada pelo Deputado Ivan Valente tem toda razão de ser. Quantas vezes eu me julguei impedido em plenário e não votei? É a minha consciência! Não precisa ler a Constituição, não precisa ler o Regimento. É a consciência! Se tem uma Comissão que tem um interesse individual, e lá esse interesse individual não pode estar a presença do interessado, é para dar isenção. Dar isenção! Fazer o Parlamento se respeitar respeitando a sociedade brasileira.

Então, eu acho, Sr. Presidente, com todo o respeito a todos... Sempre fui assim, nunca prejudiquei ninguém, nunca levantei suspeição sobre ninguém, mas há a lei. Estão aqui a Constituição e o Regimento da Casa! E nós não estamos respeitando o que fizemos: lei para toda a sociedade. Até porque ninguém está acima da lei, muitos menos um Deputado. Ou vamos criar mais um andar, onde



quem não respeita a lei é o Parlamentar; ele está isento, ele está longe de respeitar a lei porque não há necessidade disso. Não! Nós temos que trabalhar para que isso tudo seja respeitado.

Por isso, ao estar aqui apoiando a questão de ordem do Deputado Ivan Valente, venho também anunciar a presença da Deputada Eliziane Gama, nossa representante nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada respeitada no Estado do Maranhão que honra a nossa bancada, e o suplente da Deputada Eliziane Gama, o Deputado Moses Rodrigues, do Ceará, que vem também honrar a nossa bancada do PPS nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Líder, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu peço vênias para discordar do posicionamento do Deputado Ivan Valente, corroborado que foi pelo Deputado Rubens Bueno. E faço isso respaldado em lei, assim como disse o Deputado Rubens Bueno que o levantamento feito pelo Deputado Ivan Valente decorreu de lei. Pelo que sei, a lei não pressupõe, não prevê e não admite prejulgamento. E seria, sim, um prejulgamento se nos ativéssemos única e exclusivamente às doações. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto: você não pode ser punido por aquilo que a lei prevê. A lei prevê que a doação feita por empresa é legal e tem que ser declarada: *“Eu faço, declaro e não posso ser punido por isso”*.

O que o Deputado Ivan Valente deveria resguardar, penso eu, assim como o Deputado Rubens Bueno, foi aquilo que resguardamos quando apresentei um relatório paralelo à CPMI da PETROBRAS no ano passado, ou seja, a doação não é sinônimo de propina, a doação não é sinônimo de corrupção, a doação decorre de preceito legal. Então, quais seriam os critérios para aferirmos se esta ou aquela doação é fruto de corrupção? Nós temos todos os elementos possíveis, Sr. Presidente. Recebeu uma doação de uma empresa? Recebeu. A doação é legal, não se prejulga e essa é a premissa básica. Esse que recebeu a doação legal teve o seu nome referido no computador apreendido pelo Sr. Paulo Roberto Costa? Vem uma interrogação sobre essa doação. Esse mesmo, além de ter o seu nome referido pelo Paulo Roberto Costa, foi denunciado pelo Sr. Youssef? É a segunda



interrogação que se coloca sobre a doação. Essa pessoa foi pega — nas imagens que temos, várias delas, de vários Parlamentares — no escritório do Sr. Youssef? É a terceira interrogação. São as interrogações que levam à conclusão se uma doação foi ou não fruto de propina, e não uma doação pura e simples. Isso é prejulgamento. A lei não admite, a lei não concebe, pois seria um achincalhe. É o conjunto de critérios que leva uma doação a ser ilegal, e não o simples fato da doação por si só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu queria informar ao Plenário que eu já tenho condição de responder à questão de ordem. Então, dou a palavra apenas aos Líderes que pedirem...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, como autor da questão de ordem...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Pela Liderança do PMDB, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Há uma coautoria, eu sou coautor, junto com o Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Edmilson, já falou o Deputado Ivan Valente. Eu já tenho condição de responder.

Com a palavra o Líder Mendonça, do DEM.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu pedi a palavra como Líder, faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Já está anotado aqui.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Pela Liderança do PMDB, Deputado Celso Pansera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. não é o Líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu sou o Vice-Líder do PMDB e Líder aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não chegou à Mesa comunicado nesse sentido.

Com a palavra o Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, aqui, eu não vou me ater à questão de ordem, a que, logo, V.Exa. vai ter a oportunidade de responder. Eu só quero aqui me manifestar em



nome do meu partido, o Democratas, no que concerne à Comissão Parlamentar de Inquérito que nós instalamos neste instante e que eu acho que é um passo extremamente importante para que o Brasil possa contribuir de forma efetiva para o esclarecimento das graves denúncias de irregularidades envolvendo a maior empresa estatal brasileira, uma das maiores empresas do mundo, a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Mendonça, um minuto, por favor.

Há orador na tribuna!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E aí, Sr. Presidente, eu quero dizer que a Câmara dos Deputados vive um momento muito importante, até porque as denúncias envolvendo a PETROBRAS já consumiram vários meses de atenção da mídia, da classe política e da sociedade brasileira. Na Legislatura anterior, nós tivemos a oportunidade de acompanhar os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, envolvendo Câmara e Senado, que foi instalada no âmbito do Congresso Nacional, que tinha a missão de apurar as irregularidades envolvendo a PETROBRAS.

Lamentavelmente, desde o primeiro momento, a ação do Governo foi no sentido de obstaculizar, dificultar, impedir, o avanço do processo de investigação com relação à PETROBRAS. Esses foram os fatos que nós acompanhamos ao longo dos últimos meses do ano passado.

A partir deste ano, e com a eleição do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, eu creio sinceramente que se instalou aqui, no Parlamento, um clima de maior independência do Parlamento. E, desta vez, nós teremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que não envolverá...

Sr. Presidente, um pouco de atenção. Sr. Presidente, um pouco de ordem aqui no plenário.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Bom, como eu dizia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a gente vai ter um quadro diferente, porque a Câmara já mostrou claramente que quer fortalecer os princípios de independência,



de separação dos Poderes, e que nós não estaremos subordinados ao interesse do Executivo, que infelizmente, lamentavelmente, desde o primeiro momento, impediu, ou trabalhou para impedir, a apuração daquilo que ficou consagrado como petrolão.

As denúncias são graves. Infelizmente, o partido majoritário no Governo tem minimizado os fatos que foram denunciados amplamente pela mídia nacional. Nós tivemos aí notícias de envolvimento direto de três diretores da PETROBRAS, indiciados no âmbito da apuração comandada pelo Ministério Público Federal, com atuação muito vigorosa e importante da Polícia Federal e também contando com a atuação impecável da Justiça Federal, a partir do Dr. Sérgio Moro, o Juiz titular dessa ação na primeira instância.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui manifestar o meu apoio à CPI. Esta CPI não pode de forma alguma se transformar numa CPI chapa branca. Vim aqui, em nome do meu partido, para fazer cumprir o acordo que celebramos com os demais partidos de referendar o nome do candidato indicado pelo bloco majoritário, o Deputado Hugo Motta, para presidir esta CPI.

Acredito sinceramente, Deputado Hugo Motta, que V.Exa., no comando desta Comissão Parlamentar de Inquérito, atuará no sentido de que a apuração dos fatos não seja barrada, não seja inviabilizada, de que a gente possa avançar de fato e oferecer à sociedade a resposta adequada.

Hoje se vê no Brasil uma verdadeira revolta, Presidente. Inclusive até nos protestos recentes de caminhoneiros, em várias estradas federais do Brasil, há comentários do tipo: *“A PETROBRAS foi roubada, foi assaltada, montou-se uma verdadeira quadrilha na PETROBRAS, e quem está pagando a conta é o povo brasileiro.”* O caminhoneiro está sentindo na ponta, no preço do *diesel*; o cidadão está sentindo no preço da gasolina, no seu dia a dia, na inflação disparando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Venceu o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui que vamos cumprir o acordo, referendar o nome do Deputado Hugo Motta e agir no sentido de que esta CPI atue paralelamente ao Ministério Público Federal e traga à tona as verdades envolvendo a PETROBRAS, toda a corrupção



que infelizmente se entranhou nessa empresa, para que o povo brasileiro possa ter devolvida à sociedade essa empresa, que é patrimônio da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, da Liderança do PSOL.

Só vou conceder a palavra a Líder, para decidir a questão de ordem em seguida.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu, Deputado Silvio Costa, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu me inscrevi como membro da CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como proponente, eu tenho direito a dar a resposta do que foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Quem dá resposta sou eu!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é resposta da Mesa, é resposta aos argumentos, Sr. Presidente. Eu peço o direito de contra-argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Quem dá resposta sou eu!

Há a delegação da Liderança do Governo, indicando o Deputado Silvio Costa para falar. Por essa delegação, posteriormente dou a palavra a S.Exa.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu espero que as minhas considerações, que são as do PSOL, sejam atentamente apreciadas por V.Exa., cioso da sua prerrogativa de decidir a questão de ordem, porque é disso que se trata. Tudo o mais que tem sido abordado aqui nós trataremos ao longo de muitos debates em plenário e aqui mesmo nesta CPI.

Não se trata, na questão de ordem que os nossos representantes aqui na CPI, Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, trouxeram, de acusação a qualquer dos indicados pelos partidos, prejulgamento da postura de quem quer que seja ou mesmo suspeição sobre a CPI. Trata-se de zelo pela Comissão Parlamentar de Inquérito.



Para além do que a Constituição Federal já diz, em relação à impessoalidade e à moralidade da ação de quem gere a administração pública e a função pública, nossa obrigação irrevogável, para além do Regimento Interno, que, no art. 180, fala da hombridade, da atitude, da dignidade do Parlamentar de se considerar impedido para julgar matérias nas quais tenha interesse, eu quero destacar também, por analogia, o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar, que é explícito, no inciso VIII do art. 5º, em dizer que não pode relatar matéria Parlamentar que tenha sido financiado por empresa que tem interesse naquela matéria.

Ora, por analogia óbvia, isso deveria acontecer na indicação dos partidos — e eles não tiveram esse zelo — e obviamente na atitude de cada Parlamentar. Esse é o sentido da nossa questão de ordem, óbvio, elementar, para que a CPI tenha isenção, profundidade e independência por parte de seus membros. Quem contrata a orquestra escolhe a trilha sonora. Quem paga o DJ dá pitaco na música que vai ser executada na festa. Quem financia manda. Daí a discussão em outra sede da reforma política sobre o espúrio e comprometedor financiamento empresarial de campanhas.

A nossa questão de ordem não é genérica. Estão citadas aqui as empresas que estão sendo investigadas na Lava-Jato: OAS, Camargo Corrêa, Sanko, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, UTC e Toyo Setal. Ora, é evidente que quem recebeu financiamento dessas empresas tende a ficar tolhido na sua irrevogável independência como Parlamentar.

É isto que nós estamos pleiteando: que esses nomes não estejam aqui, porque isso compromete a sua ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Venceu o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, já pensando um passo adiante, porque só tivemos a manifestação de concordância do PPS, até aqui, que eu tenha ouvido, caso V.Exa. recuse essa questão de ordem, nós vamos recorrer às instâncias cabíveis. Esperamos que, quando sair a esperada e aflitiva, para alguns, lista da Procuradoria-Geral, com pedido de inquérito de investigação sobre Parlamentares, aqueles que ainda aqui permanecerem, por equívoco da decisão de



V.Exa. — caso ela seja a de recusar a nossa profilática questão de ordem —, tenham o caráter de se afastar, porque aí é demais.

Isso tudo desmoraliza o instrumento da CPI. Botar gerente vampiro para gerenciar banco de sangue pode ser um hábito brasileiro, mas não dá bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Líder do PMDB, Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, senhores e senhoras membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que se instala no dia de hoje, eu ouvi com atenção a última fala e algumas falas anteriores e quero aqui, de forma muito objetiva, tocar numa questão central e que deve sempre pautar esta Casa. Cada Parlamentar aqui, quando assumiu o seu mandato, prestou um compromisso de respeitar e defender a Constituição e as leis do País. Este País tem leis, e nenhum cidadão pode descumpri-las. Mas nenhum cidadão também deve ter imputado a si, como se criminoso fosse, um fato que não o é — e isso está em acordo com a legislação brasileira.

Sr. Presidente, o sistema de financiamento eleitoral brasileiro é feito de forma privada e tem uma regra de requisitos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas que podem doar para campanhas eleitorais. Ele tem normas de transparência que preveem a sua divulgação no tempo apropriado. Posteriormente, ele é julgado pela Justiça Eleitoral, que o aprova ou desaprova, que vê se ele está em acordo com o que prevê a legislação.

Nós estamos tratando aqui, Sr. Presidente, de Parlamentares. Todos aqui tiveram as suas campanhas financiadas, de alguma forma, ou por empresa, ou por pessoa jurídica...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem todos! Nem todos, Deputado. Nem todos!

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Todos tiveram sua campanha financiada, Deputado Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não pelas empreiteiras da Lava-Jato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não cabe aparte.



O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Não cabe aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não cabe aparte. Está com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Então, todos tiveram, Sr. Presidente, sua campanha financiada. Ninguém aqui teve uma campanha que custou zero real. Ela, de alguma forma, foi financiada, seja por pessoa jurídica, seja por pessoa física e foi julgada pela Justiça Eleitoral, na forma da legislação.

Os Parlamentares, Sr. Presidente, tomaram posse porque foram diplomados; e foram diplomados porque tiveram as suas contas de campanha aprovadas. Portanto, eles respeitaram a legislação.

Nós não podemos transformar um ato que está em acordo com a legislação brasileira em um ato ilegal — e ele não o é. Sr. Presidente, essa me parece uma tentativa de tumultuar o começo do trabalho de investigações desta Comissão.

Esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande de apurar condutas e de apurar e buscar as brechas por onde ocorreram os desvios e tem uma enorme tarefa: ajudar a recuperar a credibilidade da maior empresa brasileira, a PETROBRAS, que, nesta semana, teve mais um rebaixamento na sua nota de *rating*.

A quem interessa, Sr. Presidente, tumultuar o começo desta Comissão? O PMDB tem total confiança em todos os seus Parlamentares indicados para esta Comissão, tem total confiança no Deputado Hugo Motta, que, se assim for a vontade dos membros desta Comissão — e eu tenho a expectativa e a convicção de que será —, conduzirá com isenção, com firmeza e com competência os trabalhos desta Comissão.

Então, eu quero fazer um registro: o PMDB repudia atitudes que tentam criminalizar o que não é crime, que tentam dar contornos ilegais ao que é legal. Todos devem respeitar a lei. O que nós cobramos aqui é o cumprimento estrito da lei. Todos os membros do PMDB nesta Comissão e nesta Casa cumprem estritamente a legislação brasileira nos seus mínimos detalhes.

Fica registrada, Sr. Presidente, a posição do PMDB. Nós esperamos que rapidamente a Comissão seja instalada e comece a trabalhar, porque isso é o que



quer a sociedade, isso é o que exige a população brasileira e esse é o dever desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu queria pedir desculpas ao Deputado Celso Pansera e ao Deputado Newton Cardoso Jr. Eu não lhes dei a palavra anteriormente porque não havia delegação, e o próprio Líder agora usou a palavra.

O Deputado Afonso Florence, com delegação, falará pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está integralmente presente nesta sessão de abertura da CPI. Ela é constituída pelo Deputado Luiz Sérgio, pelo Deputado Valmir Prascidelli, por mim próprio, pelo Deputado Leo de Brito, pelo Deputado Jorge Solla e pela Deputada Maria do Rosário.

A orientação do nosso partido, Sr. Presidente, assim como fizemos na CPMI da PETROBRAS, na última Legislatura, na CPI do Senado, é a de investigar com a profundidade necessária todas as denúncias de ilícitos referentes a contratos geridos por diretores da PETROBRAS e fazê-lo na forma da lei, com a isenção necessária, além de produzir um relatório que encaminhe para o Judiciário o indiciamento daqueles cuja prática de ilícitos ficar comprovada.

Assim foi feito na CPMI da PETROBRAS. Aprovamos um relatório com dezenas de indiciamentos, mas só incluímos os indiciados nos casos em que levantamos provas. Não incluímos proposta de indiciamento nos casos em que não houve arrolamento de provas. Por isso, votamos com o relatório do Relator, Deputado Marco Maia. Não votamos com o relatório paralelo apresentado pelo ilustre Deputado Carlos Sampaio. Neste relatório, havia várias propostas de indiciamento de agentes públicos, sem arrolamento de provas que justificassem o indiciamento. Destaco, entre elas, a do Presidente do PSDB, que foi incluída no relatório paralelo.

Nós pretendemos aqui apurar com isenção. Nós vamos seguir a regra regimental do respeito à proporcionalidade e às prerrogativas parlamentares, na forma da lei. Nós postulamos oportunamente a relatoria, apresentando o nome do Deputado Luiz Sérgio. Temos convicção de que o Deputado Luiz Sérgio — sendo,



obviamente, levado à responsabilidade de Relator — terá condições de apresentar um programa de trabalho que levará esta CPI a apurar todos os fatos e a levantar as provas necessárias para as providências cabíveis, na forma da lei.

Em paralelo, no plano da política, vamos defender o patrimônio do povo brasileiro, que é a PETROBRAS, vamos limpar a PETROBRAS, vamos retomar a capacidade de investimento da PETROBRAS, vamos defender o regime de partilha, fundamental para que o povo brasileiro venha a aferir ganhos com recursos alocados para a saúde e para a educação. E vamos defender, na disputa política, o fim do financiamento empresarial na política brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Só quero informar ao Deputado Afonso Florence que, depois de eleito, é o Presidente que indica o Relator. Nós não conhecemos o Relator ainda.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa, conforme delegação concedida pelo Líder José Guimarães.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Boa tarde a todos e a todas!

Eu queria começar dizendo que o competente Deputado Ivan Valente sabe que no Brasil é permitida a doação privada. Eu estou achando que o objetivo do Deputado Ivan Valente é encerrar a CPI hoje, porque, se essa questão de ordem dele — e V.Exa. com certeza não vai acatar — fosse acatada... É claro que o DEM, é claro que o PSDB, que o PT, que o PMDB, que o PP, que a maioria dos partidos — e isso é muito claro, é só entrar no *site* do TSE — recebeu doação dessas grandes empresas. Eu só posso dizer aqueles que eu pesquisei. Então, é evidente que não dá para gente começar esta CPI com esse tipo de ilação. Agora, é preciso deixar claro que este País passou 20 anos com a imprensa calada, na época da ditadura, com todas as instâncias sob controle, e este País aguentou calado, ficou asfixiado durante os anos escuros da ditadura.

É bom que a população brasileira saiba que, goste a Oposição ou não, o País está mudando sim. No Governo do PT, no nosso Governo, as instâncias, as instituições estão funcionando. A Polícia Federal funciona, o Ministério Público Federal funciona, o Poder Judiciário funciona, graças a Deus, a imprensa funciona



bem e, graças a Deus, cada dia é mais investigativa. E é importante a gente apoiar a imprensa investigativa.

Agora, é importante também dizer para a Oposição que a gente do Governo sabe que o grande objetivo da Oposição, neste momento, não é ajudar o País. O grande objetivo da Oposição não é investigar a PETROBRAS. Ela já começa colocando a forma gramatical errada. É verdade que existe corrupção no Governo, na PETROBRAS, e todos nós do Governo queremos investigar. Existe corrupção no Governo. Diferente de um dos Líderes da Oposição que disse, há pouco tempo, que tinha corrupção do Governo. Então, gramaticalmente, são coisas diferentes.

É preciso que a Oposição comece, a partir de hoje, um debate respeitando a liturgia do cargo. Vejam uma coisa: eu não posso ser leviano aqui — e isso é um alerta que eu faço à Oposição. Eu tenho respeito pelo Senador José Agripino. Eu tenho respeito pelo Senador José Agripino, mas quem assistiu ao *Fantástico*, domingo, viu que um cidadão fez uma delação premiada lá em Natal — delação premiada! — em relação ao Senador José Agripino. Então, eu não posso aqui ter o mesmo comportamento da Oposição, ficar aqui acusando o Senador José Agripino. Eu não vou fazer isso, porque eu tenho que partir do princípio de que todo mundo é inocente até que se prove o contrário. Agora, se aparecer qualquer nome do PT... Parece-me que a Oposição está com “PTfobia”. Este é o problema da Oposição: “PTfobia”. Eles não aguentam escutar o nome PT, e não dá pra a gente estabelecer uma convivência aqui nesses moldes.

Portanto, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O seu tempo está concluído, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Está no gerúndio, concluindo, ou concluído?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Como V.Exa. quiser. Termine, por favor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, bote no gerúndio: concluindo.

Eu queria agradecer a V.Exa. e fazer aqui um apelo, em nome do Regimento da Casa, da Constituição da República, para que nós tenhamos aqui, de hoje em diante, uma resposta para o mundo. Qual é a resposta para mundo? A gente veio



aqui para ajudar o Brasil, ou seja, para que o Brasil não corra riscos de diminuir o Risco País. A gente veio para cá para ajudar a maior empresa do mundo. A gente tem que investigar e botar bandido na cadeia. O povo sabe o seguinte — só para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vou cortar a sua palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O povo sabe e a Oposição sabe que quem fez delação premiada, por exemplo, não pode ser convocado, senão a delação premiada cai.

Para concluir, Presidente, faço um apelo à Oposição: vamos trabalhar realmente respeitando o povo e o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo, Líder da Minoria.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, os brasileiros que nos assistem neste momento seguramente se perguntam o que esta CPI quer: se ouvir aula gramatical da Liderança do Governo, ou investigar as dezenas de bilhões de reais de custo de superfaturamento de desvio de dinheiro que se deu ao longo dos últimos anos na PETROBRAS.

O que aqui se quer ouvir da Liderança do Governo e o que assusta o Brasil é, às altas horas da noite, sem agenda oficial, o Ministro da Justiça estar reunido com o Procurador-Geral da Justiça, às vésperas da divulgação de uma lista que levará inquéritos ou denúncias sobre pessoas de autoridade com foro especial.

O que aqui se quer é discutir os temas que interessam ao País, uma CPI que mobilize a sociedade brasileira. Quando a Liderança do Governo faz referência à maior empresa do mundo, talvez tenha faltado semântica para dar clareza. É a empresa não financeira com o maior endividamento do planeta. Cuidam de um patrimônio em que, ao invés de se ter uma propaganda em que se investe milhões de reais em horário nobre, dizendo que está sendo feito investimento em gestão, transformam em aula de administração das principais universidades do mundo de como se quebrar uma empresa petrolífera: siga a receita do Partido dos Trabalhadores.



É esse o trabalho que hoje se inicia aqui. É essa a expectativa do povo brasileiro. E aqui não tem menino. A população vai julgar cada um de nós, cada um dos senhores membros e não membros desta Comissão.

E é sob esse grau de responsabilidade que nós temos que aqui assumir o compromisso de não entregar ao País um relatório vergonhoso, como foi feito ao final da Legislatura passada, na CPMI do Senado.

E que a Câmara dos Deputados, que tem assumido um papel, uma prerrogativa, muito importante, muito grande, nas últimas semanas, ao longo desta Presidência, possa entregar ao País o que de fato o País precisa para corrigir o rumo: ajudar a reduzir uma corrupção crônica instalada por este Governo.

Vamos ao trabalho, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, brevemente, eu só quero refutar a posição do Deputado Silvio Costa, que citou o Presidente do meu partido. Eu quero dizer que é um homem de bem. A insinuação é indevida, está certo? Na verdade, a tática do Governo é muito conhecida, é intimidar a Oposição e nivelar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O meu partido também foi citado indevidamente. Acho que não tem pertinência esse tempo para o DEM.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ... com aqueles que estão envolvidos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu pedi a palavra como proponente da questão de ordem, e V.Exa. não me dá a palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. não foi citado ofensivamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas fui citado. Ele está sendo ingrato, porque eu defendi o Senador José Agripino. Eu defendi! V.Exa. que está acusando Agripino. Eu defendi Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu vou decidir a questão de ordem do Deputado Ivan Valente.



Informo que nenhum membro da Comissão foi autoindicado. As indicações foram dos Srs. Líderes. E eventualmente, no momento da votação, aquele Deputado que se achar em condição de declarar impedimento, que o faça.

Portanto, indefiro a questão de ordem de V.Exa. e, ao mesmo tempo, defiro a candidatura avulsa de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, a questão de ordem que eu queria fazer a V.Exa. é sobre o momento. A questão de ordem vai um pouco em cima de uma contradita feita da questão de ordem já resolvida por V.Exa.

Eu acho que o PSOL, que é um partido cujos membros eu respeito, tenta dar um remédio respaldado pelo PPS, mas erra na dose. E o remédio pode matar a iniciativa daqueles que querem apurar de verdade, através desta CPI.

A questão de ordem que eu faço a V.Exa. é sobre a propriedade do momento da apresentação dos requerimentos de convocação. Por quê?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque a gente não pode se esconder, Sr. Presidente, atrás dos microfones, não querendo dizer, porque as câmeras aí estão. Todos os partidos aqui representados... Inclusive, o meu partido, o PSB, recebeu doação dessas empresas e repassou para os candidatos. Se nós tivéssemos que excluir todos os partidos que receberam doação, talvez com exceção do PSOL, nós teríamos que acabar com a CPI.

O objetivo é justamente apurar. Aqui está o interesse, por isso a propriedade do requerimento: eu, como membro, tendo recebido legalmente, diferente do que disse meu caro amigo e Líder Rubens Bueno, dentro da lei — e não é fora da lei, nem acima, nem abaixo dela, mas dentro da lei —, doação dessas empresas que são citadas, não de todas, mas de uma delas, através do partido político, quero aqui convocar todas. Por isso o momento do requerimento, convocá-las para dizerem de qual forma acontece essa doação, se é feita espontaneamente para que o Deputado possa vir aqui exercer seu mandato, ou se é feita sob achaque e pressão, para que o dinheiro seja repassado para partido político ou para candidato. Aí sim nós vamos diferenciar. Isso impede, talvez, o funcionamento e a propriedade.



Então, minha questão de ordem vai no sentido de querer saber o momento da propriedade de apresentação do requerimento, porque eu tenho aqui, como aquele que recebeu, um requerimento de convocação de todas as empresas, para que venham aqui dizer a forma de doação que é feita dentro da legalidade, ou do achaque que é feito, através da PETROBRAS, à Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 95, § 8º...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu vou falar, depois V.Exa. terá a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - A partir de segunda-feira, às 9 horas, a Secretaria da Comissão está autorizada a receber todos os requerimentos.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Secretaria da Comissão, Anexo II, sala 165, a partir de segunda-feira, às 9 horas.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, como atribuição, inclusive, baseado no art. 95, § 8º, que eu quero ler:

"Art. 95....."

.....

§ 8º O Deputado, em qualquer caso, poderá recorrer da decisão da Presidência para o Plenário, sem efeito suspensivo (...) terá o prazo máximo de três sessões para se pronunciar. Publicado o parecer da Comissão, o recurso será submetido (...) ao Plenário."

Quero dizer que o PSOL está recorrendo da decisão de V.Exa., mas, mais do que isso, saindo a lista da Lava-Jato, o PSOL se coloca no direito e no dever, junto ao Supremo Tribunal Federal, de arguir a possibilidade de que isso não aconteça.



A própria fala do Deputado Júlio contesta isso. Quer dizer, os partidos não têm condição nem de trocar seus Deputados, porque a grande maioria recebe, veja, não é de qualquer empresa do Brasil, mas das 10 ou 12 empresas citadas na Operação Lava-Jato! Onde nós fomos parar? Essa é a vergonha nacional! Realmente, não há possibilidade de esta CPI investigar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, Deputado Ivan. Não são todos. Quero concordar com V.Exa. com relação ao *(ininteligível)*, mas não são todos, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que isso mostra que isenção deveria ser tarefa dos partidos políticos. Não é suspeição sobre pessoas, mas sobre o processo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não são todos, Deputado Ivan Valente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vou responder à questão de ordem. Dê-me licença, Deputado. Vou responder à nova questão de ordem do Deputado Ivan Valente:

“Art. 57.....

.....

XXI - o membro da Comissão pode levantar questão de ordem sobre ação ou omissão do órgão técnico que integra, mas somente depois de resolvida conclusivamente pelo seu Presidente” — que foi o caso — “poderá a questão ser levada, em grau de recurso, por escrito, ao Presidente da Câmara...”

Não aqui.

Quem pediu a palavra? *(Pausa.)* Deputado Takayama, V.Exa. é da Comissão?

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Mas eu cito o Regimento Interno, art. 74, § 4º, ou então o art. 41, § 8º. Nesses dois sentidos, eu tenho direito a falar, porque eu



represento um segmento da população, que está indignado com essa situação de roubalheira. Não quero falar aqui como uns querem defender...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa., regimentalmente, não pode usar da palavra, não é membro da Comissão nem é Líder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. não pode levantar questão de ordem, Deputado!

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - *(Inaudível)* porque eu tenho direito de falar como Deputado, aqui. Eu estou citando o art. 41, § 8º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não estou fugindo, não! V.Exa. não pode levantar questão de ordem. É isso que estou falando a V.Exa.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Mas por que eu não posso, se o art. 41 do Regimento Interno, § 8º, me dá esse direito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. não pode levantar questão de ordem. Eu não vou discutir com V.Exa.

Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Falar pode, o que não pode é levantar questão de ordem.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Mas eu estou levantando a questão de ordem citando aqui o código...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não pode, não pode! Está indeferida a palavra a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu fiz o pedido pela Liderança do PDT, e não foi deferida a minha fala? Eu sou o Primeiro Vice-Líder do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não há designação da Liderança para que V.Exa. use da palavra.



O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu queria levantar a questão de ordem, pelo art. 10...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Então, levante a questão de ordem que eu vou decidir.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, historicamente, aqui na Casa...

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Sr. Presidente, então, posso fazer uso da palavra, solicitando a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu sou membro da Comissão e Primeiro Vice-Líder do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Weverton com a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, historicamente, aqui na nossa Casa, todos os Vice-Líderes... O art. 10 é claro. Ele diz:

“Art. 10. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, nos termos do art. 66, §§1º e 3º;

II - inscrever membros da bancada para o horário destinado às Comunicações Parlamentares;”

E o que eu estou levantando:

“III - participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta;...”

Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. leu...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu podia terminar minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. leu, emitiu palavra proposital, emitiu a palavra delegada. Não foi delegada condição a V.Exa.



O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não! Não, Sr. Presidente. O art. 10, alínea III: *“Participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão”...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Mediante delegação, leia completamente.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não! *“... de que não seja membro, sem direito a voto”.*

A segunda, que é a que V.Exa. está utilizando aqui, é sempre para os plenários, Sr. Presidente. É no plenário que os Líderes destinam aos Vice-Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - É a mesma que V.Exa... Se V.Exa. tiver delegação, vou dar-lhe a palavra; se não a tiver, não lhe vou dar a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Posso terminar, Sr. Presidente, a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pode terminar.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu gostaria só de pedir ao colega Presidente Deputado para a gente começar aqui com o pé direito, com todo mundo desarmado, porque nós não estamos aqui brigando. Mas, imagine só, Sr. Presidente, em cada Comissão desta Casa, agora, vou ter que andar com uma pasta com 30 a 50 autorizações do meu Líder, porque eu sou o Primeiro Vice-Líder da minha bancada e não posso falar. É um absurdo! Historicamente, nesta Casa, abre-se essa prerrogativa para o Vice-Líder se inscrever no plenário. Nas Comissões, os Líderes, principalmente o Primeiro Vice-Líder, têm essa prerrogativa.

Eu queria apelar à sensibilidade de V.Exa., porque nós não estamos aqui fazendo um cavalo de batalha. É só uma questão regimental e legítima. Tenho certeza de que V.Exa. vai se sensibilizar com o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vou responder à questão de V.Exa. Já dei a palavra ao Deputado Silvio Costa porque tive delegação. Dei a palavra ao Deputado Afonso Florence também por delegação. Sem delegação, V.Exa. não falará como Líder.

Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Sr. Presidente, sou...



O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR - Um aparte! Um aparte, Sr. Presidente! Eu mesmo quero dizer, em nome do PMDB, como Primeiro Vice-Líder, que também não tive a concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - E seu Líder falou.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Só para informar a V.Exa...

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR - Mas, antes de S.Exa. chegar, foi solicitada e não foi concedida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não concedi porque não tinha delegação, foi o que lhe expliquei. Se tivesse dado a palavra a V.Exa. naquele momento, o seu Líder não poderia ter falado.

Com a palavra o Deputado Takayama.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Madeira, sou o Primeiro Vice-Líder do meu partido, também... (*Risos.*) Desculpe-me! Arnaldo Faria. Perdoe-me a idade, Deputado Arnaldo.

Mas eu queria dizer o seguinte: nós, Deputados, queremos andar com a cabeça erguida e não ser apedrejado na rua. Essa é a razão de eu estar aqui participando e pedindo aos nobres companheiros, sejam da Situação ou da Oposição, que levem esta CPI com a maior responsabilidade. A população, o Brasil inteiro está acompanhando esta CPI, e eu quero, de cabeça erguida, falar com os meus netos, com os meus bisnetos e com as gerações futuras, porque esta CPI é o divisor das águas de uma situação que nós estamos vivendo no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O.k..

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dou início ao processo eleitoral. Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos: a eleição do Presidente da Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 14 Deputados, que é caso. Já temos quórum maior do que esse —, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à presente situação. Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, dentre o total de votantes, e, em eventual segundo escrutínio, o Deputado que obtiver a maioria simples de votos, dentre o total de



votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão. Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do art. 183, §2º, do Regimento Interno.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até a conclusão da votação.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registradas as seguintes candidaturas, que serão submetidas a voto dos membros desta Comissão: para Presidente, indicação do PMDB, Deputado Hugo Motta; para Presidente, Deputado Ivan Valente, candidatura avulsa, deferida por esta Presidência. Antes de dar início ao processo de votação, peço atenção dos Srs. Parlamentares para o esclarecimento de algumas regras importantes do processo de votação eletrônica: ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se às cabines localizadas ao fundo do plenário. O Parlamentar deverá digitar o código de sua carteira Parlamentar, com três dígitos, no teclado virtual do monitor da urna. Em seguida, deverá posicionar a sua digital no leitor biométrico, que se encontra ao lado monitor. Há cabine em ambos os lados, no lado esquerdo e no lado direito. O quórum neste momento é de 27 Deputados — quórum total. Neste momento, aparecerão na tela as opções de voto, para que se faça a escolha. Se desejar corrigir, toque na opção na “corrige”, e o sistema retornará à tela anterior.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, Deputado Eros Biondini, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Aguarde 1 minuto, deixe-me terminar aqui.

Na urna eletrônica, constarão as seguintes opções de voto: os nomes dos candidatos para os cargos Presidente: Hugo Motta e Ivan Valente; voto em branco para este cargo. Ao final da votação, haverá a confirmação sonora. Após fazer a sua escolha, certifique-se de seu voto e clique na opção “confirma”. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá ser alterado. Aguarde o aviso sonoro e a mensagem “fim do voto”, para assegurar que seu voto foi registrado com sucesso. Informo que, a partir deste momento, novas alterações na composição da Comissão serão consideradas após o término da votação. Portanto, os já indicados são permanentes até o



momento da votação. Peço aos Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.

Tem a palavra o Deputado Eros Biondini, que disporá de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, este Deputado é suplente justamente de V.Exa. Solicito uma informação: estando V.Exa. presidindo esta reunião, na minha condição o meu voto é necessário ou ele não cabe? V.Exa. vota?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. é suplente de todo o conjunto do bloco, não só de mim. Havendo vaga, V.Exa. poderá votar.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, também na condição de suplente do bloco, eu gostaria de saber de V.Exa. qual o critério utilizado, porque nós temos aqui, pelo espelho da Comissão, antes de começar a reunião, 26 Parlamentares. com 26 Parlamentares. O bloco ainda teria direito a uma vaga. Eu fui o primeiro Parlamentar a se inscrever. Como suplente, eu teria que assumir a titularidade.

Então, eu queria saber quais são os critérios utilizados para esta votação, já que vi no painel que havia outro suplente inscrito, e cheguei aqui e me inscrevi anteriormente a esse Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado JHC, qualquer Deputado suplente pode votar. O sistema é que vai acolher, ou não, o voto. Está aberta a votação.

Podem dirigir-se às cabines, que estão ao fundo, à direita e à esquerda.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, Deputada Eliziane Gama, do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, eu queria trazer os cumprimentos aos Parlamentares pela instalação desta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu pediria a atenção de todos, pois há oradora na tribuna.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Brasil está esperando um retorno da Câmara Federal. Esse escândalo, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, tomou proporções mundiais. Hoje, o Brasil acaba sendo manchete em jornais de todo o mundo. Está sobre nós, no Parlamento Federal, a responsabilidade de fazer uma investigação séria.

A questão de ordem levantada agora há pouco pelo Deputado Ivan Valente é fundamental, porque o objetivo principal seria exatamente trazer muito mais credibilidade. Hoje, no Brasil, fala-se muito nas rodas de debate que a CPI acaba não dando em nada. Daí a necessidade de termos Parlamentares que estejam totalmente fora de qualquer suspeição, muito embora — é claro, é fato — não é porque um Parlamentar recebeu uma doação de determinada empresa que necessariamente ele está compactuando ou fazendo parte desse cartel de corrupção.

Agora, um fato interessante que é bom a gente destacar é que um dos grandes pontos hoje do escândalo da PETROBRAS é exatamente o esquema de corrupção feito “oficializando” — entre aspas — essas doações. Portanto, simplesmente falar que foi uma doação oficial não é argumento suficiente para dizer que aconteceu dentro de todos os princípios de legalidade, moralidade e impessoalidade, como já foi destacado aqui durante dos debates.

Portanto, o PPS estará atento, terá o seu papel protagonista, como sempre teve através do nosso Líder, e também terá em nós um papel responsável, coeso, para uma investigação que, doa a quem doer, possa dar uma resposta necessária para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu queria pedir às pessoas que estão próximas às cabines que as liberassem para os Srs. Deputados. As pessoas que estão próximas não poderão ter acesso às cabines, apenas os Srs. Deputados. *(Pausa.)*

Fotógrafo, peço que colabore. É o sigilo do voto. Eu tenho liberado o trabalho da imprensa e facilitado ao máximo, então peço a colaboração da imprensa.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Líder.



O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Sr. Presidente, eu queria colocar a esta Comissão que sou signatário para a instalação dela. Assinei como Deputado Federal e estou aqui para hipotecar o meu total apoio a esta Comissão, apesar de não fazer parte dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Um abraço, Deputado Odelmo Leão, nosso Líder. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Quem está falando?

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sr. Presidente, é o Deputado Evair de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Apesar de eu não fazer parte desta Comissão, eu quero registrar a confiança dos Parlamentares que a vão representar e a certeza de que esta Comissão vai contribuir muito para o esclarecimento de fatos e vai contribuir muito para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu sou o Deputado Mauro Pereira e quero desejar aos colegas membros desta Comissão também muito trabalho e que realmente façam com que as coisas aconteçam, passando o nosso Brasil a limpo, porque a PETROBRAS representa muito o nosso País.

E quero aproveitar também, Sr. Presidente, para dizer a todas essas lideranças aqui que se dediquem, conversem com os Líderes, conversem com os nossos Ministros, especialmente o Miguel Rossetto, para que nós demos uma solução para que termine esse movimento dos caminhoneiros. Eles estão reivindicando a retirada do reajuste do combustível, os 20 centavos a mais no preço do óleo *diesel*. E esses 20 centavos a mais no óleo *diesel*, com o PIS e COFINS, revoltaram os nossos caminhoneiros. E o Brasil continua parado, Sr. Presidente. Os caminhoneiros não aceitaram a proposta do Governo, e o nosso País continua



parado. No Rio Grande do Sul, as rodovias estão paradas, são 100 quilômetros de congestionamento dos caminhões.

Então, nós temos que aproveitar este momento aqui, as nossas lideranças, os nossos colegas Deputados, os Senadores, o nosso Governo, o Palácio do Planalto, a nossa Presidente Dilma e o Ministro Joaquim Levy. Ele precisa atender às solicitações dos nossos caminhoneiros para terminar com esse movimento, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, nós começamos, sim, hoje uma tarefa muito responsável.

A Itália, na década de 90, Sr. Presidente, viveu uma crise econômica grave, uma crise moral e política grave. Juízes corajosos, promotores corajosos — alguns morreram — fizeram a Operação Mãos Limpas, e a Itália passou a respirar um clima ético de respeito ao dinheiro público. Deputados, sim, foram punidos. Primeiro, os Ministros foram condenados. E a Itália endireitou-se.

Cabe a esta Comissão, ajudada, sim, pelas Operação Mãos Limpas, liderada pelo Juiz Sérgio Moro, pelo Promotor Dallagnol, pelo superpromotor, que é o Janot, que estão trabalhando firmemente, porque felizmente o Brasil não é a Venezuela. Aqui, respeita-se o Ministério Público e a instituição, respeita-se a instituição Justiça Federal. Independente de pressões do Executivo e de onde quer que seja, nós temos instituições fortes. O Parlamento precisa ser forte; já o foi. Com a eleição de Eduardo Cunha, com o lema altivez e independência, eu acho que esta Comissão terá que ter também altivez e independência, e isso os seis membros do PMDB terão nesta Comissão. Nós, sim, vamos ajudar à Operação Mãos Limpas, liderada pelo Juiz Sérgio Moro. Vamos repetir, sim — eu tenho essa esperança —, aliados a instituições fortes, ao Ministério Público e à Justiça Federal.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu queria só registrar a minha vontade de participar desta CPI, não podendo porque meus



colegas, como o Deputado Darcísio Perondi, do PMDB, já assumiram todas as vagas. Nós estamos solidários, apostando nos nossos colegas e companheiros para que façam o melhor trabalho, que punam quem realmente tinha deveres a cumprir e não cumpriram, e que nós possamos fazer nesta CPI realmente aquilo que o Deputado Darcísio Perondi falou aqui, uma operação mãos limpas.

Também aproveitando, Sr. Presidente, o que o Deputado Mauro Pereira falou aqui, quero chamar a atenção dos Deputados e Senadores desta Casa para a crise dos caminhoneiros que está instalada em todo o Brasil. Há desabastecimento em Santa Catarina, no Brasil, de alimentos, de remédios para hospitais, de combustível, que nós não temos mais. É preciso que todos os Deputados e Senadores, a classe política se envolva para convencer o Governo que o aumento do combustível é emblemático, bate na mesa de todos os brasileiros. Nós não vamos poder segurar essa onda, não, porque não houve um acordo. Os caminhoneiros não aceitaram o acordo feito aqui para a liberação, a não ser que diminuam os impostos sobre o combustível, principalmente do óleo *diesel*. Isso é emblemático, o Governo tem que entender. Cada um que vai ao posto e que põe a mão no bolso sabe que está pagando uma conta, e o povo entendeu que está pagando a conta da PETROBRAS. Essa é a verdade, Sr. Presidente. A classe política tem que se mexer, tem que resolve isso, em nome do Brasil. E que o Brasil continue trabalhando e produzindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir e, depois, o Deputado Newton Cardoso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, sou o Delegado Waldir, de Goiás.

Só lembrando que quem iniciou a investigação da Operação Lava-Jato foi a Polícia Federal. O êxito de toda essa investigação foi de uma ação investigativa do departamento da Polícia Federal que chegou ao Ministério Público. Quero aqui elogiar a qualidade do trabalho dos agentes, dos delegados da Polícia Federal, dos peritos. Só assim foi permitido o inquérito chegar ao Ministério Público, para, depois, o Dr. Sérgio Moro fazer esse brilhante trabalho, dividindo as ações e os processos.

Queria dizer o seguinte: se o Brasil está paralisado hoje com a greve dos caminhoneiros, a culpa não é dos caminhoneiros, a culpa é da roubalheira na



PETROBRAS. E os caminhoneiros e os cidadãos brasileiros não querem pagar a conta dessa roubalheira, não! Estamos vendo empreiteiros presos, vários doleiros presos, mas há muitas outras pessoas, inclusive, desculpem-me, Parlamentares que vão acabar na cadeia. Então nós temos que, nesta Comissão, dar uma resposta à sociedade brasileira. Não podemos sair daqui com uma *pizza*! Eu acho que este é o momento de a Casa dar a sua resposta. Tivemos algumas argumentações aqui no início. Eu acho que a gente tem que respeitar primeiro o cidadão brasileiro e parar com essa palhaçada do pagamento de energia, do pagamento de combustível e outras coisas pelo povo brasileiro lá na periferia, lá na ponta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Com a palavra Newton Cardoso e, depois, Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO JR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esclareci a situação da minha presença como 1º Vice-Líder perante o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Tive a oportunidade de explicar a ele que estava querendo antecipar a conversa em defesa do nosso partido, no momento em que o nosso querido Deputado Hugo Motta foi questionado em relação ao posicionamento do seu trabalho.

Aproveitando as palavras do Deputado Darcísio Perondi e do Deputado Valdir Colatto, quero destacar a altivez, a independência e a preparação técnica do Deputado Hugo Motta para atuar nesta CPI. Isso é o espelho da atuação que o PMDB terá nesta Comissão. Digo isso porque estamos diante de uma crise das finanças públicas, de uma crise econômica grave que já vem desde 2008, e o Brasil com dificuldade de superá-la, neste momento ainda mais, criando-se, como tentou se criar no início da instauração desta CPI uma crise institucional, desnecessária, mas ainda assim fundamental para a democracia, como o PMDB defende. E é nesse sentido que quero prestar o meu apoio ao trabalho da Comissão, mas principalmente ao trabalho dos nossos Deputados, do PMDB, especialmente ao do Deputado Hugo Motta, para que consiga dar efetivamente destaque e atenção para a solução dessa grave crise na nossa importante e principal empresa do Brasil, que é a PETROBRAS. Eu tenho certeza e confiança no seu trabalho, para que isso aconteça.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Com a palavra Celso Pansera e depois Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, é importante registrar também que é uma honra estar aqui cumprindo um papel partidário tão importante no meu primeiro mandato, e dizer, Presidente, assim como o senhor, que somos do Rio de Janeiro sabemos o impacto que tem a crise da PETROBRAS na economia do nosso Estado. Por isso, nós temos o dever partidário de ir a fundo, investigando o que aconteceu na PETROBRAS, mas também um dever local, que é a defesa da empresa, que não só é a maior empresa do País, mas é também fonte e geração de milhares de empregos no nosso Estado, Rio de Janeiro.

Quero dizer também que empenho aqui a minha palavra e a confiança no trabalho do nosso Deputado, Hugo Motta, como candidato da bancada do PMDB e do Bloco da Maioria, como Presidente, na CPI da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero falar. Edmilson Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Celso Pansera com a palavra.

(Não identificado) - Já falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Já?

Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só para registrar, Presidente, todo mundo aqui está interessado nessa investigação. Existe outro lado, que tem que ser focado com muita pressa, que são os trabalhadores dessas empresas que estão já sendo indiciadas com esses milhões ou bilhões de reais, aí, que nós vamos investigar, que estão há 4, 5, 6 meses sem receber. Temos aqui, lá do Município de Itaboraí, da nossa Cidade de Itaboraí, 40 trabalhadores que representam 3 mil trabalhadores demitidos. Eles estão há 4 meses sem receber de uma das empresas que estão sendo indiciadas. Eu acho que isso é um foco importante, para no início do trabalho se atuar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O.k.

Com a palavra o Deputado Edmilson, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, eu fui coautor da questão de ordem apresentada pelo Deputado Ivan Valente, e o rito segue; nosso recurso seguirá. No entanto, o que tem de importante neste contexto é que esta CPI afirme a sua legitimidade, mas o objetivo central deve ser dar à PETROBRAS a condição que ela galgou, constituindo-se como uma alavanca fundamental para transformar este País num abrigo para o seu povo. O combate à corrupção é fundamental. A investigação deve ser rigorosa das questões do presente, porque nenhum partido, nem o meu antigo partido, o PV, tem o direito de fazê-la — não o partido em si, mas o Governo e as responsabilidades que tem com os atos de corrupção, a corrupção pregressa, inclusive as flexibilizações para acesso dessas empresas oligopolistas a serviços e obras na PETROBRAS que geraram até hoje processos que efetivamente são prejuízos para a PETROBRAS e para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Caio Narcio, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, queria aqui dizer que hoje nós estamos com o Brasil inteiro de olho no que está acontecendo nesta CPI. Eu tenho a preocupação de que aqui seja desenvolvido um trabalho transparente para que à sociedade fique claro que aqui não está sendo feita uma composição e para que a gente possa deixar os trabalhos bem organizados dentro desta Casa. E quero dizer que não participo da Comissão, mas que me sinto representado pelos membros do meu partido, que estarão aqui, à frente, para poder ocupar aqui e fazer as investigações da melhor maneira possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Obrigado, Deputado. Um minuto, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito boa tarde, Sr. Presidente! Muito boa tarde a todos os membros, Srs. Deputados e Deputadas que estão aqui neste momento na Comissão!



Queria fazer esta saudação especial a todos e também a todo o Brasil e dizer da minha honra de, neste momento, estar participando desta Comissão Parlamentar de Inquérito em momento tão importante em que nós precisamos passar a limpo as denúncias de corrupção atinentes à PETROBRAS.

Quero desejar sucesso ao novo Presidente, Hugo Motta, na condução dos trabalhos e manifestar, Presidente, a minha confiança neste colegiado, a confiança de que este colegiado terá a sabedoria necessária para fazer a apuração, doa a quem doer, para que possam de fato ser encaminhados à Justiça e aos órgãos competentes, para que os acusados que forem considerados culpados sejam punidos. Que, obviamente, a gente possa fazer isso com muita justiça.

E quero dizer que esta CPI deve ser feita exatamente para fortalecer a PETROBRAS, porque fortalecer a PETROBRAS é fortalecer o Brasil. Não devemos, portanto, trabalhar pelo “quanto pior, melhor”, mas para que seja feita justiça nesta Comissão. Para mim é uma honra muito grande fazer parte dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Presidente, acabou a votação. Vamos apurar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, inicialmente, parablenzo V.Exa. pela forma firme, mas de acordo com a legalidade democrática com que conduziu os trabalhos. V.Exa. fez valer uma situação que impediu que o que não fosse crime fosse criminalizado. Se isso acontecesse, entendo que estaríamos começando mal.

Da minha parte, desejo investigar com rigor e transparência, mas sem prejuzar, punir de acordo com as responsabilidades de cada um, contribuir para o aperfeiçoamento e para a recuperação dessa grande empresa brasileira nossa que é a PETROBRAS. Se não tenho a pretensão de passar o Brasil a limpo, quero aqui contribuir para a existência de um Brasil melhor.

São as minhas palavras. Sinto-me muito honrado pela indicação do PMDB do meu nome para compor este colegiado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Recebi delegação do PDT para que o Deputado Weverton Rocha use a palavra como Líder, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu já me sinto aqui prejudicado, Presidente, mas vou utilizar a palavra, primeiro, para dizer que a gente espera que isso aqui não vire regra para o andamento da Casa nesta Legislatura, porque, se não, os Vice-Líderes aqui não vão passar de meros *office-boys* do Líder. A gente tem uma função clara dentro do nosso Regimento, dentro da nossa atuação e a gente espera que, de verdade, isso seja preservado e respeitado.

Segundo: o nosso representante na Comissão é o Deputado Félix Mendonça Júnior, da Bahia, eu sou suplente dele. Iremos fazer parte desta Comissão. Entendemos de forma clara que aqui, independente de qual seja o relatório daqui a alguns meses, alguma coisa já sai em sintonia, Deputado Ivan Valente. Aí, sim, é o mais importante, porque é o que a sociedade espera da gente. Que, dentro da reforma política, a gente possa alterar as regras.

A regra que nós jogamos na eleição passada permitia que pessoas jurídicas pudessem apoiar, pudessem participar da eleição. Eu mesmo, há 2 anos, entrei com requerimento em um dos PLs que estavam rodando na Casa pedindo para acabar com doações de pessoa jurídica, ficando apenas a física. Nós temos que tirar as empresas. Se os empresários quiserem vir, que eles venham participar. Assim como o partido de V.Exa. já faz, mas porque é estatutário, ideológico.

Dentro do estatuto do PSOL, está que vocês não aceitam doações de pessoas jurídicas, mas aceitam de físicas. Vocês fazem campanhas com a regra que vocês estabeleceram para o partido. Tanto que V.Exa., junto com o Deputado Chico Alencar, os dois juntos, de pessoas físicas, fizeram campanha e tiveram arrecadação. Foi tudo dentro da legalidade. Agora, a partir da próxima eleição, o que as ruas querem e a sociedade quer é que a gente elimine de vez e mude o sistema de financiamento de campanha, eliminando pessoa jurídica, ficando financiamento público e de pessoas físicas para a campanha.

No mais, no decorrer da CPI, nós iremos fazer nossas intervenções no sentido, primeiro, de proteger a empresa PETROBRAS, e, mais do que nunca, sugerir soluções e caminhos para que a gente possa, de uma vez por todas,



estancar essa sangria a que foi submetida a nossa empresa e com isso retomar a normalidade no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Weverton, eu só cumpri o Regimento. E teve casos, inclusive, de pessoas que pediram a palavra, que eu não dei, por não ter a delegação. Posteriormente, o Líder veio e pediu a palavra. Imagine se eu tivesse dado a palavra sem essa delegação. Essa questão da delegação é uma exigência regimental.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Art. 10, inciso III, Sr. Presidente. Seus assessores foram muitos duros, mas depois a gente vai levar em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Já está decidida a questão. V.Exa. já falou.

Está encerrada a votação.

Proclama-se o resultado: Deputado Hugo Motta, 22 votos (*palmas*); Ivan Valente, 4 votos; voto em branco, 1.

Está eleito Presidente o Deputado Hugo Motta.

Deputado Hugo Motta, declaro-o empossado e convido-o a assumir os trabalhos da presente Comissão. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por *fair-play*, vai indicar o Ivan Valente para Vice-Presidente, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com certeza. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu queria fazer uma questão de ordem ao nosso novo Presidente Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Weverton, V.Exa., se puder me deixar pelo menos agradecer...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - É claro. Eu ia parabenizá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Após agradecer, eu darei a palavra a V.Exa. com tranquilidade, para que possa exercitar o uso do Regimento.

Gostaria, primeiro, de agradecer a confiança dos nobres pares, dos nossos colegas, dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas. Gostaria de cumprimentar a



imprensa aqui presente. A sociedade brasileira que nos assiste, neste momento, os nossos cumprimentos.

Quero registrar aqui que o compromisso de independência que esta Casa cumpre é para ressaltar o seu papel de contribuir para elucidar os fatos postos nos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O trabalho desta Comissão é um esforço em conjunto dos Parlamentares e partidos desta Casa que buscam trazer respostas claras para o povo brasileiro. Vamos trabalhar com imparcialidade, com autonomia, garantidas pelo nosso norteador maior que é o Regimento Interno desta Casa.

Com isso, espero contar com a colaboração dos experientes Deputados, do Governo, da Oposição. Mas que estejam, antes de tudo, comprometidos com o bom funcionamento da CPI para que possamos, ao final dos trabalhos, não só ter um relatório bem elaborado pelo Relator, mas também ter o compromisso de salvar nossa maior empresa, com o respeito e a dignidade que esta Casa tem que ter. Que nós possamos ver a PETROBRAS voltar a apresentar balanços positivos e ter o resultado que sempre teve, orgulhando o nosso povo, orgulhando também nós que o representamos aqui, nesta Casa.

Vamos ao trabalho com, primeiramente, muita fé em Deus e, depois, discernimento para que tenhamos aqui as melhores decisões.

Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, designo para a Relatoria desta CPI o Deputado Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro, a quem também convido para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Peço atenção aos Srs. Deputados para alguns esclarecimentos sobre a CPI.

Informo aos Parlamentares que a próxima reunião será destinada à apresentação pelo Relator do seu roteiro dos trabalhos. Lembro que os requerimentos poderão ser apresentados a partir da próxima segunda-feira, 2 de março de 2015, na Secretaria da CPI, no Anexo II, sala 165-B, a partir das 9 horas de amanhã. Os requerimentos que compuserem a pauta deverão ser apresentados até o dia anterior da reunião para fim de publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Os Srs. Deputados que desejarem apresentar nomes para oitivas ou inquirições ou tomar depoimentos de autoridades em audiência pública, apresentem



requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião. Lembro que as autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados, e que testemunhas e investigados serão intimados na forma da lei. No tocante aos requerimentos de diligência ou que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei processual penal, deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a necessidade da medida.

Peço, ainda, aos nobres pares que se inscreverem para falar que declinem os seus nomes, para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Passo agora a palavra para o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer a confiança da bancada do meu partido, do Partido dos Trabalhadores. Quero agradecer também a confiança do Presidente, um Presidente jovem, Hugo Motta, que mostra a vitalidade do PMDB. Quero agradecer aos Parlamentares da base pela manifestação de apoio, desde o momento que surgiu o meu nome. Quero agradecer também aos Parlamentares da Oposição, todos que sempre se dirigiram a mim de uma maneira muito respeitosa. Da minha parte terão sempre a mesma reciprocidade. A minha postura como Relator não pode ser outra.

Aqui não me cabe nem proteger ninguém nem perseguir ninguém. Tenho que agir de uma maneira firme, como também não posso pré-condenar nem pré-absolver ninguém. Então, o meu propósito é o propósito de um trabalho sério, para que esta Casa possa, no final dos seus trabalhos, no relatório, que, uma vez aprovado, não será o relatório do Relator, mas, a partir do momento da aprovação, ele é o relatório da Comissão, da CPI, de todos nós.

A questão CPI PETROBRAS não é também assunto novo. A PETROBRAS já foi objeto de uma CPI no Senado, foi objeto de uma CPI mista recentemente. Portanto, nós agora estamos na terceira CPI aqui, na Câmara dos Deputados. Então, junto com aquilo que já apurou o Ministério Público, a Justiça, a própria imprensa, há um acúmulo que não pode ser ignorado pela Polícia Federal, que não pode ser ignorado por esta Comissão.

Outro tema que muito se ouviu, de que muito se falou é sobre a questão de cartel. Eu espero que esta Comissão possa aprofundar esse debate, porque, a meu



ver, não há nada mais cartelizado no mundo do que a questão do petróleo. E esse cartel foi construído não pelo diálogo, mas pela força e, quando necessário, até pela guerra. Precisamos também nos questionar por que nenhuma agência de risco, nenhum economista, nenhum iluminado conseguiu prever a queda de 100 para 50 dólares o barril do petróleo, o que evidencia também uma ação geopolítica de interesses econômicos muito fortes, na qual a PETROBRAS é algo muito importante.

Os fatos evidenciam que pessoas tenham cometido graves delitos em relação à PETROBRAS. Agora, nós temos que ter a capacidade de separar e ser implacáveis com aqueles que cometeram os delitos, para que possamos reerguer a PETROBRAS, para que ela possa continuar a sua trajetória de impulsionadora de desenvolvimento, para que ela possa continuar a sua trajetória de servir o povo brasileiro e o Brasil.

São estas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao nobre Relator.

Ao ver da Presidência, acredito que a pauta da reunião de hoje está vencida, pois ela única e exclusivamente trata da eleição e indicação do Relator.

Indago se algum Deputado quer fazer alguma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Weverton, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo, desejar boa sorte a V.Exa. na condução harmônica dos trabalhos.

Na reunião que antecedeu a escolha de V.Exa. como novo Presidente desta Comissão, foi discutida a participação dos Vice-Líderes, e ficou determinado pela Mesa que teria que se ter delegação do Líder para o Vice-Líder participar com o tempo de Liderança nos trabalhos. Então, o que eu quero perguntar para V.Exa. é se, a partir de agora, para essa delegação que foi entregue, como está dizendo aí, pelo menos para a do PDT, que foi entregue para todos os trabalhos da CPI, a gente vai precisar em todas as reuniões trazer um novo papel. Assim, eu já vou providenciar uns 30 a 40. Ou esse papel já vai resolver a questão?

É só para questão de encaminhamento de trabalho, porque não é todo dia que um Líder vai estar aqui, na Casa, e eu vou poder pegar a assinatura dele.



Precisamos saber se, com essa designação, já fica equacionada a questão da Liderança e do espaço que temos direito de utilizar na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Regimentalmente, V.Exa. teria que, em toda reunião, trazer a delegação do seu Líder para fazer uso da palavra pela Liderança do seu partido, porque V.Exa. também já é membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Como veio uma delegação de competência, tornando V.Exa. apto para falar em todas as reuniões, nós iremos acatar, e V.Exa. poderá falar como Líder.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Permanente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Assim como os demais Deputados que não forem Líderes partidários e que trouxerem essa delegação. Nós iremos acatá-la. Isso tem que vir no requerimento. Assim, em todas as reuniões, nós deixaremos aquele que foi designado falar pelo Líder na Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse será o procedimento adotado se for Vice-Líder. Nós iremos acatar a designação, para que tenhamos o bom funcionamento da reunião.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar a eleição de V.Exa. Já tive a oportunidade de participar, durante o ano passado, de uma Comissão importante que V.Exa. presidiu brilhantemente nesta Casa. Eu, como membro da minha bancada, acompanhei aqueles debates.

Quero saudar todos desta Comissão, especialmente, os membros da minha bancada que estão aqui. Cumprimento o Deputado Jorge Solla, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Leo de Brito, o Deputado Valmir Prascidelli, o Deputado Afonso Florence e o Deputado Luiz Sérgio, que acatou ser Relator desta CPI, sugerido por nossa bancada.

O que me trouxe aqui, Sr. Presidente, é que estamos vivendo duas realidades. Uma é o papel inerente e constitucional desta CPI, que tem que colaborar, na minha opinião, com o vasto trabalho de investigação, já citado aqui pelo Relator, dos órgãos da Justiça, da Polícia Federal, do Ministério Público, da própria Justiça Federal e dos setores da imprensa, que têm acompanhado isso de perto. Mas, Sr. Presidente, tem sido em alguns momentos até assustador para o



Brasil a situação de algumas exorbitâncias que precisam ser melhor esclarecidas. Hoje, alguns dos jornais notificaram que o Ministério Público Federal não aceita algo que é constitucional, o que é, por lei, direito da CGU, de fazer acordo de leniência com as empresas. O País precisa andar, Sr. Presidente, separar uma coisa da outra.

O papel desta CPI é ir a fundo atrás dos ilícitos praticados por membro da empresa ou por qualquer outra pessoa — vai a fundo e apresenta o seu relatório —, mas separar a PETROBRAS, que tem que chegar a mais de 100 poços na camada do pré-sal. A PETROBRAS e a indústria naval brasileira têm que chegar a mais de 50 navios para produzir e transportar esse petróleo. Temos que avançar nas refinarias. O País precisa andar.

As empresas cujos alguns diretores estão presos, têm que andar, Sr. Presidente. As obras de investimento da aceleração do crescimento do Brasil, do PAC, e tantas outras coisas têm que ser separadas. O pedido que nós fazemos, e que já foi apresentado na fala de um dos nossos representantes, Deputado Leo de Brito, é que deixemos o País andar em sua economia.

Esta Comissão tem o papel cívico, cidadão, político e estratégico de limpar, segundo já disse aqui o Deputado Darcísio Perondi, à luz do que foi a Operação Mãos Limpas, na Itália, que tinha outra característica: colocar na cadeia narcotraficantes daquele país.

Eu tive a oportunidade de conhecer aquele trabalho quando fui Senador da República. A Operação Mãos Limpas cumpriu aquela tarefa. Então, o País precisa se livrar da corrupção! É claro que precisa se livrar da corrupção!

Sr. Presidente, nós precisamos resgatar a tal lista do HSBC. Não é papel desta CPI. Perfeito! Mas o Congresso Nacional, na sua indignação, não pode ficar calado diante de uma situação como esta. Fala-se, Sr. Presidente, em muitos bilhões de reais com quase 10 mil brasileiros envolvidos em situação que não conhecemos. E dizem que tem uma ONG de vários jornalistas do mundo inteiro, inclusive de brasileiros, que dispõe dessa lista, e o Ministério Público não dispõe, a Polícia Federal não dispõe, muito menos este Congresso. Misteriosamente, por que parte da imprensa que tanto capricha na investigação sobre a PETROBRAS não nos apresenta nenhum resultado sobre o HSBC?



Portanto, fica o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores de trabalhar e colaborar com essa situação que o País vive hoje.

Por fim, desejo a V.Exa., ao Relator e a toda esta Casa o que disse uma vez Mahatma Gandhi: *“Que Deus nos guie nos nossos pensamentos, nas nossas palavras e, principalmente, nas nossas atitudes.”* Vamos a fundo! Vamos livrar o Brasil da corrupção, mas a Comissão não pode ficar parada em dois pontos e cavar nisso também um duelo estratégico do País e prejudicar a PETROBRAS.

Por fim, sobre outros ilícitos, nós gostaríamos de ir a fundo para saber a tal da lista do HSBC.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, uma informação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Pela ordem. Estou inscrito aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Sibá Machado.

O Deputado Efraim Filho está com a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, em nome do Democratas, quero transmitir a sincera expectativa de que a condução na Presidência de V.Exa. seja muito mais parecida com a de um magistrado do que com a de um Parlamentar. Esta é uma função que o Presidente deve assumir. Temos a sincera expectativa de que V.Exa. esteja imbuído desses princípios e dessa vontade.

Da mesma forma, Relator, que também assume esse papel de isenção, não se posicione como Líder do PT, já que vimos que, pela própria fala do Líder do PT, nós iremos cobrar essas mesmas expectativas.

Essa fala e retórica aqui é muito fácil. Eu quero ver, quando vierem os requerimentos de acareação, de busca de documentos, de chamada de testemunhas, se o discurso do Líder do PT também será a favor da transparência, também será a favor da investigação, e de ir a fundo doer a quem doer. Porque nós estamos dispostos a assumir essa posição.

Então, esse discurso de hoje, que está gravado, será bem lembrado na memória de cada um de nós, para que os requerimentos a favor da investigação, a favor da transparência, descubram o que fez aquela diretoria — aliás, diretoria, não,



vândalos instalados para depredar o maior patrimônio público do Brasil, a PETROBRAS. O que esses vândalos fizeram com esses recursos, por essa investigação a sociedade brasileira espera descobrir.

Boa sorte, Presidente, na condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes.

Quero dizer ao Deputado Waldir que S.Exa. não consta como membro. Nós adotaremos aqui, para o bom funcionamento da CPI, que os membros terão precedência para falar e os não membros falarão depois de esgotadas as inscrições dos membros da CPI.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu gostaria de colocar uma questão que considero importante para valorizar o trabalho da Comissão, para que possamos ter cautela e transparência. Que V.Exa. encaminhe à CGU solicitação no sentido de que a CGU não prossiga nenhum acordo e nem proponha nenhum acordo de leniência com essas empresas antes de finalizar o trabalho da CPI, já que aqui na CPI nós vamos poder aprofundar tudo que está acontecendo, tudo que vem sendo levantado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça.

Então, acho de bom grado, para se ter transparência e cautela, que V.Exa. encaminhe pedido à CGU no sentido de que não faça ou proponha qualquer acordo de leniência sem antes votarmos o relatório final desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acato a sugestão de V.Exa., mas nós temos que respeitar a maioria deste Plenário, o que irá nortear os nossos trabalhos. Muitas vezes temos até o ímpeto de fazer alguma coisa, mas nós só podemos fazer obedecendo fielmente o que diz o Regimento desta Casa e o que este Plenário aprovar ou não.

Esta Presidência não tem, quero deixar isso bem claro, o interesse de ajudar ou prejudicar quem quer que seja. O que nós vamos fazer aqui é um trabalho imparcial. Esse foi o nosso compromisso ao assumir a Presidência desta Comissão.



A nossa Bíblia será o Regimento Interno da Casa e, sem dúvida alguma, cumprir o que a maioria deste Plenário decidir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esse será o nosso papel aqui à frente da Presidência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, quero só registrar que vou protocolar um requerimento nesse sentido. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Colocaremos em pauta, o Plenário apreciará, e acataremos a sua decisão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A Deputada Eliziane Gama está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado Hugo, eu queria antes trazer os meus cumprimentos a V.Exa., sendo V.Exa. um jovem eu acho que aumenta inclusive a responsabilidade com a nossa geração, considerando a expectativa do povo brasileiro em relação a esta CPI.

E uma informação, Sr. Presidente, eu não sei se V.Exa. pode me dar agora, é acerca da forma, da metodologia. Esta CPI é de uma grande complexidade, considerando a temática, as várias áreas, na verdade, de investigação que nós teremos que atuar: as convocações, os requerimentos, as quebras de sigilo, enfim, outros mecanismos que utilizaremos nesta CPI. Uma forma que já foi adotada em outros momentos nesta Casa são as sub-relatorias. Elas acabam dinamizando um pouco mais o processo e dando muito mais espaço para que este debate possa também ser muito mais rápido no processo de investigação. Nós iremos inclusive protocolar requerimento dessa natureza, mas eu queria saber se V.Exa. tem essa disposição, em conjunto naturalmente com os demais Parlamentares, de adotar essa metodologia, as sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada, a meu ver, é precipitado estarmos decidindo sobre essa situação, até porque o plano de trabalho ainda nem foi apresentado pelo Relator. O Relator acabou de ser designado, ele terá uma semana de prazo para apresentar à Comissão o seu plano de trabalho, para, a partir daí, podermos ver. Inclusive, esse prazo de uma semana, acredito eu, é até



muito salutar para que os Deputados possam sugerir ao Deputado Luiz Sérgio algumas ações que possam vir a contribuir com o trabalho da investigação, para que ele possa incrementar o que já vem pensando que é compatível com o que a CPI pode fazer. A partir daí, vamos deliberar sobre essas questões.

Agradeço a V.Exa.

Deputada Maria do Rosário com a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela tarefa recebida desta Câmara dos Deputados. Cumprimento também o Relator, Deputado Luiz Sérgio, e todos os membros desta Comissão. Nós já estivemos representados pelo partido no pronunciamento do nosso Líder e também do Deputado Leo de Brito, mas eu quero referir ao senhor, diante dos pronunciamentos que aqui ouvi, a imensa responsabilidade que temos e o espírito público que vai mover certamente a todos os integrantes de todos os partidos e de cada bancada na realização dessa tarefa.

Nós temos que ter em comum, Sr. Presidente, em nossas mentes e atitudes, a partir do plano de trabalho do Relator Luiz Sérgio e das nossas determinações, em primeiro lugar, sem dúvida, a verdade plena e clara sobre a situação da PETROBRAS.

É claro que nós aqui nos posicionamos pela apuração de todos os fatos. Que essa apuração seja no sentido de indicar as responsabilidades e efetivamente enfrentar não apenas, Sr. Presidente — e, nesse sentido, nós também apresentaremos requerimento para ser apreciado —, não apenas o escopo da missão, na tarefa que foi inicialmente prevista a partir de 2005. Mas nós estamos dispostos e queremos debater com esta CPI e com o Brasil que, no enfrentamento desses fatos, sejam também previstos os atos pregressos fundamentais. Por isso, analisaremos o requerimento que apresentaremos.

Mas a segunda questão, Sr. Presidente, que deve nos unir, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é que, ao lado de enfrentarmos todo e qualquer ato de corrupção, nós devemos estar prontos e firmes para enfrentar todo e qualquer ato do tipo especulativo. Porque aqui nós estamos também debatendo iniciativas especulativas internas e internacionais contra uma das maiores empresas do mundo, uma empresa estratégica para o Brasil, que tem repercussões econômicas não só pela



produção de combustíveis, que é a matriz fundamental no mundo ainda hoje para o desenvolvimento, mas também pela ação interna e pela repercussão interna.

Então, quando nós estivermos aqui atuando, tenhamos a clareza de que, junto com a busca e a eficiência no nosso trabalho pela moralidade em todos os sentidos, da qual nós não devemos nos afastar, é inegável que nós devemos combinar, sem prejuízo de uma ou de outra, porque não há prejuízo. Defender a moralidade na PETROBRAS, nas empresas públicas, na coisa pública e na sociedade brasileira conjuga-se com a missão de enfrentar os ataques especulativos que ela também tem.

Nós, como bancada do PT, estaremos combinando sempre esses dois lados, o enfrentamento à corrupção e o enfrentamento aos ataques especulativos que a empresa PETROBRAS tem sofrido ao longo do último período. Inclusive, ressalvo que ela tem 86 mil funcionários, 86 mil servidores, servidores honrados e corretos, que devem ter aqui uma representação clara e digna da atuação que eles fazem em defesa do patrimônio público, da soberania nacional.

É um pouco isso o que já foi dito pelo nosso Líder, Sibá Machado, e que nós queremos aqui recuperar e apresentar como fundamental.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra para o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero cumprimentá-lo pela eleição — vamos trabalhar firme — e cumprimentar também o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço para aumentarem o volume do microfone do Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero cumprimentar os dois. Vamos trabalhar firme!

Fui citado pelo Líder do PT. Eu só quero lembrar que, sobre a crise da PETROBRAS, a culpa não é da imprensa. De forma nenhuma! A culpa também não é de cartel internacional. Há 10 anos se instalou uma corrupção sistêmica dentro da PETROBRAS. Sistêmica! Podia ser pontual antes, como delatou um dos gerentes que quer devolver 100 milhões de reais. Pontual! Mas é sistêmica, sistêmica, gerencial, política, envolvendo empresas também. Então, é muito grave. Não é



imprensa e não é cartel; é incompetência gerencial. Incompetência gerencial e corrupção sistêmica.

Quero aqui também manifestar que é inadmissível que possa haver um acordo de leniência entre AGU e TCU. Eu fico surpreso! Os técnicos, os consultores, os estudiosos, as suas associações não querem o acordo, porque consideram, em cima da sua experiência, que isso vai dificultar a se chegar às pessoas e empresas que fizeram malfeitos. É óbvio que o Brasil precisa continuar crescendo. A crise da PETROBRAS tem responsável. Nós vamos crescer... Estamos em recessão, não apenas pela PETROBRAS, mas pelos erros dos últimos anos na macroeconomia. Pelos erros!

Nós temos que ter muita responsabilidade aqui, mas não vamos repetir processos dizendo que há uma campanha para desmoralizar a nossa extraordinária PETROBRAS. Não vamos dizer isso, não vamos. É ofender a inteligência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Perondi.

Tem a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, inicialmente quero parabenizá-lo pela posição de Presidente desta Comissão. Ao Sérgio, minha saudação.

Nós estamos iniciando hoje um trabalho que é de fôlego, e o Brasil espera muito dele. O nosso compromisso — isso é importante que seja bem registrado, inclusive dos membros do PMDB que aqui estão representando o partido — é de apuração ao limite, apuração a fundo das questões que foram e estão sendo trazidas pelo noticiário e pelos procedimentos legais de Ministério ou de Polícia Federal, que têm vindo a público.

Diferente de outras CPIs, esta CPI já entra com um acumulado importante, que é o acumulado do que já foi fruto de delações premiadas, que já tem comprovação definida.

Portanto, esse é o escopo inicial, que, na minha opinião, deve compor o arcabouço da proposição desta CPI, para que nós possamos ter um aproveitamento ao limite das questões que já se tornaram públicas e que estão formalizadas, para



que, no processo da CPI, nas convocações, nos requerimentos, nós possamos ter, com muita clareza, as posições a serem adotadas pelo conjunto dos nossos membros. E nós queremos que o compromisso com o Brasil seja tornar público todas as questões que, se ainda não vieram, possam vir através do trabalho da nossa Comissão, desta CPI que se inicia hoje.

Desejo sucesso a V.Exa., como Presidente, e para todos nós, como militantes do povo brasileiro nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Lelo Coimbra.

Concedo a palavra ao Deputado Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, nobre Deputado Hugo Motta, quero parabenizá-lo por essa brilhante vitória. Trago o abraço do meu Líder, Deputado André Moura, do PSC, que, junto com todo o povo brasileiro, pensa que é necessário que o Brasil seja passado a limpo através da visão da PETROBRAS.

Parabéns também aqui ao nosso Deputado Luiz Sérgio. Desejo que o seu relatório cumpra o anseio desta Casa e de todo o povo brasileiro.

Eu também gostaria, Sr. Presidente, de fazer menção a alguns heróis que têm batalhado, meses a fio, na CPI da PETROBRAS, e que, às vezes, não são lembrados, como por exemplo, a Polícia Federal e os órgãos de imprensa, que trabalham exaustivamente, tentando não deixar morrer na mente do povo brasileiro o que acontece no Brasil acerca da corrupção.

Sr. Presidente, também quero parabenizar o brilhante trabalho do Juiz Sérgio Moro, que tem sido um herói, às vezes um herói anônimo e mal interpretado, mas que tem levado a sério todo tipo de trabalho e que tem trazido à luz algumas coisas que estão escondidas neste País.

Não posso deixar de parabenizar também o esforço do Parlamento, seja na Câmara Alta, seja na Câmara Baixa. Esta já é a terceira Comissão Parlamentar de Inquérito, e espero que ela não termine como as outras, sem nenhum sentido, para que a população brasileira veja nesta Casa o objetivo para o qual ela foi eleita, que são transparência e respeito ao povo brasileiro.



Durante esta CPI, junto com este colegiado, é claro, veremos alguns assuntos secundários, como um que já foi citado aqui — o problema geopolítico de todo o controle do petróleo internacional. Todavia, o que paira sobre o Brasil é a necessidade de se passar a limpo a corrupção.

Desejo que este colegiado não tenha medo do enfrentamento nem de expor aqui as pessoas que seja necessário expor, doa a quem doer, porque o Brasil não consegue mais viver nessa truculência pela qual passamos.

Se a PETROBRAS é nossa, precisamos cuidar dela, porque ela está desmoralizada, rebaixada e humilhada. Que esta CPI, Sr. Presidente, não acabe em pizza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer alguns registros. Lembro que, em 2014, nós tivemos a oportunidade de participar da CPMI que tratou do mesmo assunto, mas lamentavelmente o resultado foi frustrante. Não se alcançou nenhum resultado de natureza prática, o que certamente não vai acontecer nesta CPI que está sendo instalada neste momento, até porque as circunstâncias são bem diferentes das do ano passado, embora o lapso de tempo tenha sido relativamente pequeno.

O segundo registro, Sr. Presidente, é para fazer um agradecimento a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tiveram a oportunidade de assinar o requerimento de convocação de instalação desta CPI.

Eu quero agradecer a todos aqueles dos mais diversos partidos, partidos de oposição e partidos que fazem parte da base aliada, como o PMDB, Democratas, PSDB, PPS, PSOL, PT, e tantos outros que tiveram a oportunidade de assinar. Fui informado de que vários Parlamentares gostariam de ter assinado, mas não tiveram a oportunidade. De qualquer maneira, está vencida essa outra etapa.

Quero registrar também a posição do Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, que, diferentemente dos anúncios e declarações do Ministro Pepe Vargas, entendeu que a CPI era necessária e, numa atitude absolutamente democrática e regimental, determinou a instalação da CPI, divergindo inclusive de



declarações do Ministro Pepe Vargas. Foram declarações infelizes, mas que foram superadas.

Quero, por fim, dizer que praticamente hoje aqui nós estamos encerrando esta reunião com êxito, na medida em que nós elegemos V.Exa. o Presidente e que V.Exa. também designou o Relator. Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Faria de Sá pela maneira tranquila, serena e respeitosa com que conduziu os trabalhos.

Desejo a V.Exa., Presidente Hugo Motta, muito sucesso. Os olhos do País, sem dúvida alguma, estão voltados para esta CPI e certamente para os membros que participam dela, assim como para a conduta de cada um, o que cada um vai falar, o comportamento de cada um, a votação de cada um. Como o conheço, tenho certeza de que V.Exa. vai se conduzir muito bem, com equilíbrio e serenidade, sempre se voltando para os principais objetivos desta CPI. Eu acho que esta expectativa não é só minha, mas de todos que estão aqui presentes. Eu estou muito confiante na condução dos trabalhos.

Dirijo-me também ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, com o mesmo desejo. Que a gente possa fazer um trabalho que corresponda à expectativa e à responsabilidade do Congresso Nacional. Aqui não haverá nenhum tipo de manobra diversionista. Nós não pretendemos também fazer nenhum tipo de teatro ou espetáculo. O que nós queremos, na verdade, é o que todo brasileiro deseja: verificar o que aconteceu, reerguer a PETROBRAS e penalizar quem tiver que ser penalizado.

Por fim, senhoras e senhores, estou falando aqui em nome de companheiros também do PSDB que estão satisfeitos com o primeiro dia. Vamos para a próxima reunião. Fui informado de que V.Exa. a marcará já para a próxima semana, quando será apresentado o plano de trabalho. Que seja um plano de trabalho que permita objetividade, funcionalidade e desempenho, porque o assunto é muito vasto, é de uma complexidade extraordinária, é de uma dimensão amazônica. É até dispensável falar isso para o Relator, Deputado Luiz Sérgio, mas é necessário que a gente procure o máximo possível focar bem neste plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Solla.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar sua eleição, a escolha do nosso Relator, o companheiro Luiz Sérgio, e parabenizar todos os Parlamentares que estão fazendo parte desta importante CPI.

Com certeza, os trabalhos aqui serão pautados pelo interesse de levar a cabo uma apuração que possa contribuir para que não ocorram situações semelhantes de corrupção, não só na PETROBRAS, como também em outras empresas públicas e em outros procedimentos da gestão pública. Eu tenho certeza de que, apesar do que foi comentado por um colega que me antecedeu, ninguém aqui acredita que esse processo de corrupção da PETROBRAS começou nos últimos 10 anos. É óbvio que só a força de discurso político faz com que algum Deputado possa afirmar isso aqui. Denúncias nos meios de comunicação deste País na década de 90 e nos anos subsequentes já apontavam fortes situações de corrupção na PETROBRAS. A grande diferença e a grande oportunidade que nós estamos tendo hoje é que nós estamos podendo, neste momento, apurar porque existem autonomia e interesse do Governo, assim como autonomia dos órgãos responsáveis por fazer a devida apuração. Anteriormente, isso não aconteceu, apesar das denúncias de corrupção pautadas inclusive em vários órgãos da imprensa deste País, porque eram simplesmente engavetadas.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos a certeza de que vamos poder aqui avançar diante deste cenário em que o País permite, através do Governo, estimula, batalha e luta para acabar com a corrupção nos órgãos públicos. Tenho certeza de que esta CPI irá retroagir e apurar todos os processos de corrupção que foram registrados anteriormente, inclusive de forma pública. É importante também que a gente saiba separar, com baixa corrupção, e enfrentar situações estratégicas para avançar na necessidade de fortalecimento da PETROBRAS, porque também acredito que aqui nenhum Deputado ache que é por causa da corrupção que o preço do barril do petróleo se reduziu a menos da metade do preço em 6 meses. É óbvio que não passa pela cabeça de ninguém que, graças à corrupção identificada na PETROBRAS desde a década de 90, o preço do barril de petróleo caiu de 120 para 50 nos últimos meses.

É óbvio que são processos diferentes, mas os dois, Sr. Presidente, não podem permitir que se retome o que já se tentou em momentos anteriores: fazer



com que os ativos das grandes empresas públicas deste País sejam desvalorizados para ser vendidos a preço de banana, como foi com a Vale, que foi um escândalo nunca apurado de corrupção neste País — a venda de um patrimônio daqueles por um preço tão irrisório, naquele Governo anterior, que privatizou várias empresas públicas. A PETROBRAS, felizmente, não foi transformada em “PETROBRAX” e leiloadada a preço de banana, porque a opinião pública não permitiu. Conseguimos mudar a tônica da relação do Governo com um patrimônio importante e estratégico como é a PETROBRAS. Manter o seu regime de partilha é essencial hoje, como é essencial acabar a corrupção na PETROBRAS. Avançarmos nos investimentos do pré-sal é essencial, como é essencial que o combate à corrupção, inclusive, também não fique só em relação à PETROBRAS. Nós temos que combater a corrupção nos processos que devem ser investigados no metrô, nós temos que combater a corrupção em processos que não foram devidamente apurados na privatização que foi feita de forma, eu diria até, achincalhando o patrimônio público em décadas passadas.

Então, é isso, Sr. Presidente. Quero desejar sucesso a esta Comissão e à sua condução, aqui, dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente, agradeço a palavra. Falarei rapidamente, até porque já estamos em 14h30min. Com certeza os Deputados estão querendo já terminar para poder preparar os primeiros requerimentos a serem apresentados na próxima semana.

Primeiro quero parabenizar V.Exa. pela eleição, parabenizar o Deputado Luiz Sérgio também, por ter sido escolhido Relator. Quero, neste momento, agradecer ao meu Líder, Deputado Carlos Sampaio, por ter dado confiança para que a gente pudesse estar aqui ao lado do Deputado Imbassahy, ao lado do Deputado Otavio Leite representando a bancada do PSDB.

Nessa linha colocada pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, da perfeita harmonia e de confiança mútua do trabalho do Relator com o trabalho da Oposição, gostaria de solicitar que, o quanto antes, essa primeira minuta do plano de trabalho,



do roteiro, fosse disponibilizada para que, na reunião seguinte, já possamos, inclusive, trazer contribuições da Oposição aqui a este plano de trabalho, para que possamos não só no momento do debate tomar conhecimento dele, mas até antecipadamente já trazer as nossas contribuições para o bom andamento desta CPI.

Ademais, agradeço pela palavra e desejo boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Presidente, na sua fala, já havia mencionado, e V.Exa., como Deputado de oposição, acaba também de mencionar o roteiro. Então, aqueles que tiverem alguma sugestão, por favor, dirijam-se ao meu gabinete, que eu vou analisar com carinho, na medida do possível, para que o plano de trabalho possa expressar uma média ponderada de todo o Plenário, dos membros da CPI.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba.

O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Sr. Presidente Hugo Motta, meus colegas, quero lhe parabenizar, amigo, pela...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - V.Exa. me inscreveu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inscrevi V.Exa. V.Exa. está como não membro. V.Exa. irá falar após os membros falarem.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - V.Exa. está enganado. Eu sou membro titular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é membro titular? De qual partido?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - PSB. Rodrigo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço desculpas a V.Exa. V.Exa. falará em seguida.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba.



O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Presidente Hugo, meus colegas aqui, quero parabenizá-lo, amigo, por estar conduzindo esses trabalhos. Fico feliz em ver um sertanejo, assim como eu, tocando essa tarefa. Tenho certeza de que você fará isso com muito brilhantismo.

Tenho certeza, Presidente, de que hoje nosso Congresso dá um passo largo para dar uma resposta à nossa sociedade. Hoje vejo com muito bons olhos a instalação desta CPI, ouvindo vários colegas. Tenho certeza de que vamos fazer um trabalho sem olhar partido, sem olhar quem é Oposição ou Situação, para que a possamos ter um norte e investigar todas essas situações por que vimos passando e vendo no decorrer de vários anos, para que possamos investigar, para que possamos ter uma CPI com lisura, para que possamos ir até o fim e saber quem, de fato, está causando essa corrupção, saber quem de fato está causando esse grande mal a essa empresa.

Quero ser breve e mais uma vez registrar meus parabéns a você, para que a gente possa conduzir esse trabalho com muita fé, muita tranquilidade e sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao Deputado Rodrigo Martins, com renovados pedidos de desculpas.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sem problema, Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo, Deputado Hugo Motta, bem como cumprimentar o Relator, Deputado Luiz Sérgio, que acabam de assumir a Presidência e a Relatoria desta CPI.

Eu queria apenas cumprimentá-lo e deixar para parabenizá-lo, se assim for, no final desta CPI. A importância e o tamanho da PETROBRAS são muito grandes para o País. Nós, principalmente de primeiro mandato que aqui estamos, como eu, fomos colocados com o intuito de uma renovação, para o melhoramento no que diz respeito ao Parlamento brasileiro.

Sei da juventude de V.Exa. e da sua competência, mas estaremos aqui, junto com o Partido Socialista Brasileiro, do qual faço parte, cobrando todas as punições a todos os culpados.

Queria lembrar e pedir tanto a V.Exa., Presidente, quanto ao Relator, que nós precisamos de foco. Precisamos que esta CPI não acabe como as outras da PETROBRAS que aqui acabaram, sem nenhum resultado concreto. Queremos que



esta CPI não seja uma CPI do faz-de-conta. A população que nos colocou aqui cobra, exige um trabalho sério e respaldado. Eu tenho absoluta certeza de que todos os Deputados — os 27 que estão aqui — irão trabalhar nesse sentido.

A PETROBRAS não pode ser culpada pela crise econômica que nós vivemos no Brasil. São vários equívocos que aconteceram e que acontecem na nossa Nação. Dizer que a PETROBRAS está em crise por especulação é brincar com a consciência do povo brasileiro. Precisamos apurar, precisamos investigar e punir os culpados. Se aconteceu algum desvio, se aconteceu alguma corrupção, que ela seja colocada de uma forma transparente, para que a população brasileira tome conhecimento e o Congresso e a Câmara se posicionem.

Eu faço votos de sucesso à condução tanto do Presidente Hugo Motta quanto do Relator, colocando-me à disposição de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Rodrigo.

Passo a palavra para o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei do adiantado da hora, mas também não poderia deixar de parabenizar V.Exa. e desejar bastante sucesso na condução dos trabalhos desta CPI, assim como todos os Deputados e todas as Deputadas que aqui representam seus partidos, que aqui representam as posições políticas de seus partidos.

É verdade que faz parte da democracia, faz parte da história desta Casa que cada um dos senhores Deputados e das senhoras Deputadas possam expressar suas opiniões de acordo com as suas convicções, de acordo com aquilo o que seus partidos defendem. O que nós esperamos efetivamente é que esta Comissão, além dessas impressões, dessas opiniões de cada Sr. Deputado e Sra. Deputada, possa prestar um serviço bastante importante para o nosso País e, efetivamente, separar aquilo que é de fato ilicitude e que precisa ser extirpado do serviço público — aliás, não apenas do serviço público, mas da sociedade como um todo — daquilo que nós precisamos entender como necessidade do desenvolvimento de um País, que é a história da PETROBRAS.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, dos membros que integram esta CPI, certamente V.Exa. terá a



colaboração necessária, expressa, inclusive, a quem eu quero parabenizar pela clareza, pela tranquilidade, pela forma com que expressou a sua vontade e o seu desejo de conduzir a Relatoria ao nosso Deputado Luiz Sérgio, porque disso é o que nós todos precisamos.

Nós faremos aqui um trabalho investigativo, nós faremos aqui a apuração daquilo que é ato ilícito, mas nós não podemos aqui, de forma alguma, transformar a CPI em algo que impeça o País de avançar, desenvolver-se, crescer, e que impeça efetivamente que as coisas possam continuar acontecendo para que a nossa população possa continuar tendo esse patrimônio tão importante do povo brasileiro.

Parabéns! Sucesso a V.Exa. e a todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, primeiro sucesso na administração desse processo investigativo.

Em segundo lugar, tenho uma pergunta objetiva e uma reflexão. A pergunta objetiva é acerca do cronograma: quando o Relator apresentará o seu programa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na próxima quinta-feira.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E a reflexão, na verdade, é porque vão discutir na bancada do PSOL a ideia que vou apresentar, mas eu queria sugerir-la para reflexão.

De um modo geral, ainda que por traz do discurso haja intenções diferentes, todos estão preocupados com a crise econômica e com a crise da PETROBRAS, que é fundamental para a dinâmica econômica brasileira.

Foi pautado aqui um tema importantíssimo, que é o acordo de leniência com as empresas que estão citadas, ainda não condenadas, mas com provas concretas de envolvimento em processos de falcaturas.

Nós temos, todos nós... Anteontem recebemos operários de uma empresa terceirizada sem receber há 4 meses. São milhares nessa condição, não só no Rio de Janeiro, mas certamente em outros Estados, porque aqui não se fala de uma empresa que fure poços artesianos em Recife ou em Belém, nós estamos falando da PETROBRAS, com muitas obras, milhares de trabalhadores próprios e outros muito milhares envolvidos nas obras e serviços, nos fornecimentos.



Então, se essa preocupação é verdadeira, e creio que todos nós, nas nossas diferenças ideológicas e políticas que temos compromisso com o Brasil, devamos refletir sobre a possibilidade, Presidente e Relator, de pautar para o início do trabalho uma reunião especial com três ou quatro pessoas muito importantes, para que possamos partir de um patamar zero.

O que eu quero dizer é que, se houver processo baseado em procedimentos anteriores, de dispensa de licitação ou qualquer coisa, necessários, e que possam estar sendo perpetrados pelo atual Presidente Aldemir Bendine, que isso seja dito. Se não está sendo com medo de que seja arrolado em irregularidades, que nos diga. Se empresas receberam duas, três, cinco vezes por um trabalho não realizado, aí já é um contrato de leniência necessário até porque ela tem que fazer pelo que recebeu. O prejuízo não pode ser da Nação brasileira, não pode ser do povo.

Por outro lado, há uma série de outras possibilidades, como há também aquelas que ainda não receberam, não fizeram e, se condenadas, certamente merecerão ou não, a depender da decisão da Justiça e do nosso debate em particular, o direito de continuar a merecer contratar junto à PETROBRAS, mesmo envolvida nesses processos que vêm sendo investigados por diversas instituições, inclusive este Parlamento, esta Casa, agora.

Então, é verdade que nós não podemos prejudicar o Brasil. Há um problema muito sério, porque realmente nós falamos numa fase da acumulação capitalista em oligopólios, e cartéis configuram na verdade verdadeiros monopólios. A gente tem que discutir isso.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo quem eu acho que deve participar desta Mesa: o novo Presidente da PETROBRAS, Bendine; o TCU deve estar aqui representado; o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República; e, se o Governo quiser mandar, o Advogado-Geral da União. Por quê? Cartas na mesa para dizer: nós vamos investigar.

É possível que as coisas continuem se repetindo ou, por outro lado, que a PETROBRAS e o Brasil, em grande medida, entrem em uma paralisia, com prejuízos para muitos trabalhadores e para a sociedade em geral. Como avocamos para nós o compromisso de investigar e defender a PETROBRAS, eu creio que também a tarefa da CPI é trazer essas autoridades para termos as informações



necessárias para, se necessário, decidir com muita consciência sobre os problemas reais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Celso Pansera, do PMDB do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Deputado Hugo Motta, quero parabenizá-lo pela escolha, acho que V.Exa. tem o respaldo do partido, tem capacidade e atitude moral para ser Presidente. O Deputado Luiz Sérgio, do meu Estado, sabe o tamanho do problema que nós temos que resolver.

Já deu para a gente perceber, neste plenário, a radicalização das posições. Muitas posições estão radicalizadas. Nós temos que trabalhar com o bom senso e a maturidade necessária de pensar que hoje qualquer solução da PETROBRAS no Rio de Janeiro significa redução de impostos, desemprego e crise social e econômica.

Nós temos, Deputado Julio Lopes, que pensar que esta Comissão tem que trabalhar, acima de tudo, pensando nos impactos que isso tem fora desta Casa, que são muito grandes. Então, o bom senso é fundamental. A gente vê muita radicalização de posições, mas nós temos que pensar no mundo lá fora, na realidade que isso tem de impacto fora daqui.

Outra coisa que eu acho muito importante, Sr. Presidente, e que queria resgatar é o papel do PMDB aqui dentro. Nós temos a Presidência desta Casa. Graças à eficiência e à rapidez da Presidência desta Casa, esta Comissão foi instalada hoje. Chegou o requerimento, e uma das primeiras atitudes do Presidente Eduardo Cunha foi a criação da CPI da PETROBRAS, que é muito importante para que a gente estabeleça este debate.

Então, quero dizer que nós estaremos aqui para dar suporte ao bom funcionamento desta Comissão, mas fundamentalmente para chamar à razão as pessoas que vêm aqui para fazer disso palco político. Aqui nós estamos tratando da vida real. Aqui nós estamos tratando da economia de um país e do emprego de milhares e milhares de pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos agora para os não membros inscritos.



Delegado Waldir com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Parabéns, Deputado, pela Presidência.

Eu só queria fazer umas meras lembranças ao Líder do PT, que já não se encontra presente, Deputado Sibá. Ele pode dormir tranquilo. Ele pode, eu não sei se alguns outros companheiros dele vão poder. A Polícia Federal vai investigar não apenas o HSBC, mas também o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Ele pode ficar tranquilo, dormir tranquilo, que a Polícia Federal é muito competente, por sinal. Graças a ela, nós temos esta operação aqui.

Quero lembrar também o seguinte: se houve roubo antes, se houve corrupção antes desse período que nós vamos investigar, então, nós temos um grande erro aqui. Eu acho que o Ministro da Justiça foi incompetente. Foi incompetente, porque não levantou nada, não investigou nada. Se ele não investigou nada, por que agora levantar isso? Por que levantar?

Vamos investigar o que está aí. Nunca se corrompeu e nunca se roubou tanto neste País como agora. Por isso, a Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz fizeram essa mega-ação. Quero apenas lembrar isso aos companheiros. Nós teremos daqui a pouco investigações do BNDES, do Banco do Brasil, da VALEC. Nunca se corrompeu tanto neste País.

Para finalizar, Sr. Presidente, apenas lembrando, falando de moralidade e publicidade, quero dizer que os Deputados Federais e as Deputadas Federais amam suas esposas e seus esposos, mas nós da bancada do PSDB, em bloco, estaremos recusando o auxílio-mulher, auxílio-moradia. Nós amamos nossas esposas, mas quero declarar de público aqui que nós estamos recusando o auxílio-moradia em nome da moralidade e publicidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Gualberto. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só retificar: é auxílio-cônjuge.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, eu fico aqui imaginando a dificuldade que tem a população brasileira de entender esta Casa. A gente veio aqui entender, se aproximar e admirar os Deputados e esta Casa.

Eu escutei alguns Deputados aqui do PT se pronunciarem — o Deputado Sibá já está ausente, por exemplo —, falando que deveria ser feito acordo de leniência para que assim as obras da PETROBRAS e a PETROBRAS andassem. Talvez ele tenha esquecido — e com certeza ele não esqueceu — que a Refinaria Abreu e Lima era para ter sido inaugurada há mais de 5 anos. Não houve nenhum escândalo antes, pelo menos denunciado. Não houve nenhuma CPI antes.

Por que não se inaugurou a Abreu e Lima antes? Por que custou mais de 20 vezes o valor orçado? Perguntaria também para ele: por que cancelaram agora a refinaria lá no Maranhão e lá no Ceará? Foi também a CPI que prejudicou? Foram os Deputados de oposição que prejudicaram a não construção da refinaria no Maranhão e no Ceará, visto que ainda foi gasto do dinheiro da população brasileira, mais de 4 bilhões de reais? É culpa da Oposição? Não é, Sr. Presidente, não é!

E eu fico muito assim pensando, quando ouço um Deputado do PT aqui falar — meu amigo, Deputado Waldir, do PSDB, já falou —, toda vez que tem uma CPI — aliás, o PT foi contra, os seus Ministros lutaram muito para que não fosse instaurada essa CPI —, que ela fala do passado, que fala de corrupção de antes de 2002. Por que não foi apurado, Deputados? V.Exas. foram irresponsáveis? O que houve? Foram coniventes? O que houve? V.Exas. estão há 12 anos no poder, 12 anos!

Então, Sr. Deputado, Deputado baiano que neste instante falou aqui, eu acho que V.Exa. deveria estar preocupado com o nosso Estado. A partir de sábado, 5 mil pais de famílias e mães de famílias vão ser demitidos do estaleiro lá em Maragogipe. Esta é que deveria ser a preocupação de um Deputado do PT, que hipoteticamente defende o povo brasileiro e diz que defende o povo pobre do Brasil. Imagine como vai ser, Sr. Deputado, a região de Santo Amaro, que V.Exa. conhece muito bem, de Maragogipe. Como vai ser para aquelas famílias, depois de 5 mil pessoas serem desempregadas? E foram desempregadas em função da corrupção que o PT instaurou na PETROBRAS. Não foi por outro motivo.



E V.Exas. misturam e falam aqui que diminuiu o preço do petróleo, que era 120 dólares e caiu para 50 dólares. E o que tem a ver isso com a corrupção? Honestamente, sinceramente, eu não entendi aonde V.Exas. querem chegar.

Por último, eu quero dizer que confio e acredito no Presidente, pela sua idade, pelo seu compromisso com as futuras gerações. Que realmente não vire *pizza* esta CPI, como já fala a população brasileira e como espera parte da população brasileira. Não esperem que aconteça isso.

Quanto ao Relator, infelizmente, não posso esperar muita coisa. Eu não acredito que uma pessoa do PT, que já entra dizendo, o Relator, que esta CPI é mais uma, é a terceira, vai querer apurar. O que falam nos corredores é que, se apurar muito esta CPI, nós vamos chegar ao ex-Presidente Lula, vamos chegar à Presidenta Dilma. Será, Sr. Relator, que V.Exa. tem coragem mesmo? Será que V.Exa. tem coragem de ver o Presidente Lula na cadeia, que é o que fala o povo brasileiro? Eu acho que não. Infelizmente, eu acho que não. Mas V.Exa. hoje é Deputado Federal, tem um compromisso com a sociedade brasileira. Eu acho que o seu compromisso com o povo tem que ser muito maior do que com o seu partido e do que com seus chefes.

Portanto, vamos apurar tudo! Vamos acabar com a corrupção! Vamos deixar de retórica, de falar do passado! O passado, sim, é para nos inspirar, é para reconhecermos que houve erro. Mas nunca houve tanta corrupção no Brasil como há hoje. Se as famílias brasileiras hoje começam a sentir no bolso, começam a perder os empregos, é em função da grande corrupção que V.Exas. fizeram no Brasil, para terem um projeto de poder e não um projeto para melhorar a vida da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na minha fala, eu disse que não poderia fazer nem prejulgamento, nem pré-condenação, nem pré-absolvição. Já desejar que alguém esteja na cadeia é fazer um prejulgamento antes do início do trabalho. Eu lamento, mas acho que faz parte do jogo entre aqueles que querem fazer um trabalho sério e aqueles que querem um espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Júlio Lopes está com a palavra.



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, como signatário da CPI, gostaria em primeiro lugar de parabenizar V.Exa. e o nosso colega, Deputado Luiz Sérgio, do Rio de Janeiro, que é um Deputado sério e honrado e certamente fará um trabalho digno do respeito da sociedade brasileira.

Ato contínuo, quero dizer, Sr. Presidente, saudando os meus colegas Celso Pansera e Altineu Côrtes, lamentavelmente, da próxima edição da revista *The Economist*, que vai sair neste fim de semana, da figura da capa desta revista, que tantas vezes já enalteceu o crescimento brasileiro e a pujança da economia brasileira, dando inclusive uma capa que todos nós temos referência e lembrança, do Cristo Redentor decolando da montanha do Pão de Açúcar, como alusão ao foguete brasileiro. Neste próximo fim de semana, a mesma revista tratará em sua capa de uma passista de escola de samba sendo dragada pelo lodo da corrupção do óleo brasileiro, no que se refere à PETROBRAS.

Sendo assim, Sr. Presidente, sugiro a V.Exa., ao Relator e aos demais membros desta Comissão que se reportem aos Parlamentos dos países que têm causas envolvidas com a PETROBRAS, como são notórias, por exemplo, a questão da Holanda, a questão dos Estados Unidos e a de outros países em que as empresas são severamente punidas por desvio de condutas, no que se refere à economia brasileira e seus procedimentos graves em relação ao pouco critério com que usaram as contratações no Brasil, para que esses Parlamentos, com a experiência acumulada de muitos anos de suas democracias, possam auxiliar esta Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de melhor proceder na apuração daqueles fatos aqui mencionados.

E tenho certeza, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esses Parlamentos não se furtarão a nos dar as informações necessárias e os subsídios necessários para auxiliar o bom trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que hoje começa com muita alegria com a Presidência e a Relatoria de V.Exas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., que é o último Deputado inscrito.



Antes de encerrar os trabalhos, informo que as próximas comunicações de realização de reunião serão feitas por meio do endereço eletrônico da Comissão para os *e-mails* institucionais dos Parlamentares e das Lideranças.

Convoco reunião ordinária destinada a debater o plano de trabalho apresentado pelo Relator e também a deliberar sobre requerimentos para a próxima quinta-feira, dia 5 de março, às 9 horas, no Plenário 2.

A abertura do painel para a presença dos Parlamentares será a partir das 8h30min, meia hora antes do início da reunião.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.